

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

# 2021



**STJ**

Secretaria de  
Auditoria Interna

**RELATÓRIO  
DE ATIVIDADES**

2021

**© SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

**DISPONÍVEL EM**

[transparencia.stj.jus.br/relatorios-de-gestao](https://transparencia.stj.jus.br/relatorios-de-gestao)

**CONTATO**

[auditoria@stj.jus.br](mailto:auditoria@stj.jus.br)

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

---

B823r

Brasil. Superior Tribunal de Justiça.

Relatório de atividades 2021 [recurso eletrônico] / Superior Tribunal de Justiça, Secretaria de Auditoria Interna. — Brasília : Superior Tribunal de Justiça — STJ, 2022.

Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF 68 páginas).

Disponível em: [transparencia.stj.jus.br/relatorios-de-gestao](https://transparencia.stj.jus.br/relatorios-de-gestao)

**1.** Planejamento estratégico, relatório, Brasil. **2.** Planejamento estratégico, gestão, Brasil. **3.** Planejamento estratégico, administração, Brasil. **I.** Título.

**CDU 65.012.2:347.992(81)(047)**

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Rafaella Carine Montereis CRB 1/2537

# Expediente

---

## **Secretaria de Auditoria Interna**

Ivo Mützenberg

## **ELABORAÇÃO**

### **Gabinete da Secretaria de Auditoria Interna**

Agma Cristina Santos Saraiva Castello

Emilia de Abreu Araújo Rodrigues

Mariane Franca da Silva

## **COLABORAÇÃO**

### **Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações**

Diocésio Sant'Anna da Silva

### **Coordenadoria de Auditoria de Pessoal**

Rejane Ribeiro Mangabeira

### **Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão**

Ana Paula Santana da Silva

### **Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação**

Wadson Sampaio Pereira

## **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

### **Secretaria de Comunicação Social**

Coordenadoria de Multimeios

# Composição do STJ

---

Ministro **Humberto** Eustáquio Soares **Martins** (PRESIDENTE)  
Ministro **Jorge Mussi** (VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL)  
Ministro **Felix Fischer**  
Ministro **Francisco** Cândido de Melo **Falcão** Neto  
Ministra Fátima **Nancy Andrichi**  
Ministra **Laurita** Hilário **Vaz**  
Ministro **João Otávio de Noronha**  
Ministra **Maria Thereza** Rocha **de Assis Moura** (CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA)  
Ministro Antonio **Herman** de Vasconcellos e **Benjamin**  
Ministro Geraldo **Og** Nicéas Marques **Fernandes**  
Ministro **Luis Felipe Salomão**  
Ministro **Mauro** Luiz **Campbell Marques**  
Ministro **Benedito Gonçalves** (DIRETOR DA REVISTA)  
Ministro **Raul Araújo** Filho  
Ministro **Paulo de Tarso** Vieira **Sanseverino**  
Ministra Maria **Isabel** Diniz **Gallotti** Rodrigues  
Ministro **Antonio Carlos Ferreira**  
Ministro Ricardo **Villas Bôas Cueva**  
Ministro **Sebastião** Alves dos **Reis Júnior**  
Ministro **Marco** Aurélio Gastaldi **Buzzi**  
Ministro **Marco Aurélio Bellizze** Oliveira  
Ministra **Assusete** Dumont Reis **Magalhães**  
Ministro **Sérgio** Luíz **Kukina**  
Ministro Paulo Dias de **Moura Ribeiro** (MINISTRO OUVIDOR)  
Ministra **Regina Helena Costa**  
Ministro **Rogério Schietti** Machado **Cruz**  
Ministro Luiz Alberto **Gurgel de Faria**  
Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**  
Ministro Marcelo Navarro **Ribeiro Dantas**  
Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**  
Ministro **Joel Ilan Paciornik**

Diretor-Geral **Marcos Antonio Cavalcante**

# Sumário

■ APRESENTAÇÃO	7
■ AUD EM NÚMEROS – 2021	9
■ A SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA	11
■ PERFIL DOS SERVIDORES	13
■ PLANEJAMENTO REALIZADO	15
■ DESEMPENHO NO PLANO ANUAL DE AUDITORIA	17
A – Auditorias e Resultados	20
B – Auditoria nas Contas Anuais	24
C – Análises Mandatórias	26
D – Impacto das Recomendações	27
E – Monitoramentos e Resultados	28
F – Situação das Recomendações	29
■ RESULTADO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E MELHORIA DA AUDITORIA INTERNA	31
■ RESULTADOS DA GESTÃO	35
Projeto IA-CM	35
Ações Estruturantes	37
Execução do Plano Diretor	39
1 Garantir a Execução do Plano Anual de Auditoria - PAA	39
2 Desenvolver a função Consultoria da Auditoria Interna	39
3 Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna	39
4 Promover o Uso da Tecnologia nos Processos de Trabalho da Auditoria Interna	41
5 Fortalecer a Comunicação com as Partes Interessadas	41
A – Comunicação em Auditorias	42
B – Comunicação Extra Auditorias	43
6 Aprimorar o Processo de Planejamento da AUD	44
7 Promover a Qualidade e Efetividade da Auditoria Interna	46
8 Dotar os Auditores de Competências Técnicas	47
9 Desenvolver Políticas de Valorização do Servidor da AUD	48
10 Intensificar Parcerias Estratégicas	49
11 Fomentar a Cultura de Gestão de Riscos no Tribunal	50
12 Consolidar a Estrutura Normativa da Auditoria Interna	50
■ ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES	51
■ CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES	53
■ DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA INDEPENDÊNCIA	57
■ PRINCIPAIS RISCOS E FRAGILIDADES DE CONTROLE NO TRIBUNAL	59
■ CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
■ REFERÊNCIAS	67

# Apresentação

**A**presento às autoridades, gestores e servidores do Superior Tribunal de Justiça – STJ o Relatório de Atividades da Secretaria de Auditoria Interna – AUD referente ao ano de 2021, em que são demonstrados os principais resultados da unidade na condução da atividade de auditoria interna do Tribunal no referido exercício, em conformidade com o que determinam os artigos 4º, I, e 5º da Resolução CNJ n. 308/2020:

Art. 4º A unidade de auditoria interna do órgão reportar-se-á:

- I – funcionalmente, ao órgão colegiado competente do tribunal ou conselho, mediante apresentação de relatório anual das atividades exercidas, observado o disposto no art. 5º, § 2º, desta Resolução; e
- II – administrativamente, ao presidente do tribunal ou conselho.

Art. 5º O reporte a que se refere o inciso I do artigo 4º tem o objetivo de informar sobre a atuação da unidade de auditoria interna, devendo consignar no respectivo relatório, pelo menos:

- I – o desempenho da unidade de auditoria interna em relação ao Plano Anual de Auditoria, evidenciando:
    - a) a relação entre o planejamento de auditoria e as auditorias efetivamente realizadas, apontando o(s) motivo(s) que inviabilizou(aram) a execução da(s) auditoria(s);
    - b) as consultorias realizadas; e
    - c) os principais resultados das avaliações.
  - II – a declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria, indicando se houve alguma restrição não fundamentada ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação; e
  - III – os principais riscos e fragilidades de controle do tribunal ou conselho, incluindo riscos de fraude, e avaliação da governança institucional.
- § 1º A unidade de auditoria interna deverá encaminhar, por intermédio do presidente, o relatório anual das atividades desempenhadas no exercício anterior ao órgão colegiado competente do tribunal ou conselho até o final do mês de julho de cada ano.

§ 2º O relatório anual das atividades deverá ser autuado e distribuído, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data do seu recebimento, para que o órgão colegiado competente do tribunal ou conselho delibere sobre a atuação da unidade de auditoria interna.

§ 3º O relatório anual das atividades deverá ser divulgado na internet, na página do tribunal ou conselho, até trinta dias após a deliberação do órgão colegiado competente do tribunal ou conselho.

A AUD, por intermédio de suas equipes de auditoria, realiza ações de fiscalização e consultoria de forma transversal na organização, sempre com o propósito de agregar valor para aprimorar as operações das unidades e do Tribunal, especialmente quanto ao desenvolvimento da governança e ao aprimoramento da gestão de riscos e dos controles internos.

Este Relatório demonstra os números das ações de auditoria que foram executadas, as quais representam as atividades-fim da Secretaria. Uma parte do seu conteúdo detalha a estrutura da AUD e o perfil do seu pessoal. Ainda, relaciona-se ao resultado das principais iniciativas da unidade para o fortalecimento do seu papel no STJ, bem como a contribuição do seu trabalho para o cumprimento da estratégia do Tribunal.

Vale ressaltar que, no ano de 2021, as mudanças advindas da implementação da Instrução Normativa TCU n. 84/2020, que reforça a intenção do Órgão de controle externo de aumentar a transparência das contas, exigiram uma readaptação da Unidade e impactaram o andamento dos trabalhos da Secretaria, uma vez que o processo passou a exigir que as coordenadorias dedicassem mais tempo e trabalho ao processo. Essa situação levou a AUD a solicitar extensão do prazo de entrega da Auditoria das Contas Anuais para 30 de junho de 2021.

Registra-se também que, neste período, foram aprovados e publicados o Estatuto da Auditoria Interna e o Código de Conduta Ética do Auditor Interno do STJ, importantes documentos para as atividades da unidade que estão relacionados ao projeto estratégico Modelo de Capacidade de Auditoria Interna - IA-CM (*Internal Audit – Capability Model*). Além disso, foi aprovado pela Alta Administração o manual do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI) e elaborado normativo com a Política de Capacitação e Desenvolvimento de Competências dos servidores da unidade de Auditoria Interna do STJ, que está prestes a ser publicado.

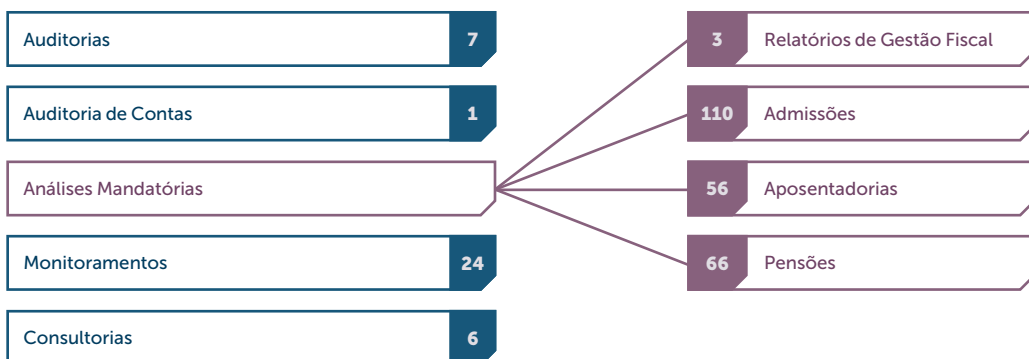
Por último, vale ressaltar que a divulgação dos resultados da unidade tem o firme propósito de dar transparência à atuação da Auditoria Interna do STJ a todos os interessados e de fomentar um ambiente colaborativo em torno dos objetivos institucionais e na busca do bem comum. ■

**Ivo Mützenberg**  
Secretário de Auditoria Interna

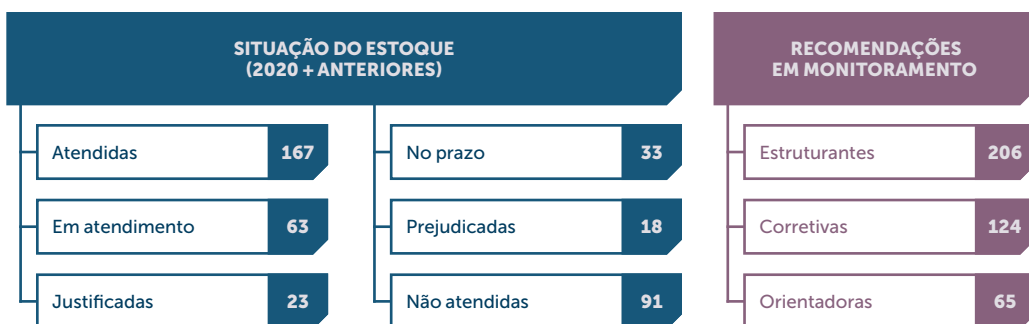


# AUD em números – 2021

## ATIVIDADES FINALÍSTICAS



## RECOMENDAÇÕES



## AÇÕES DE COMUNICAÇÃO



**AÇÕES DE CAPACITAÇÃO**

**RECEBIDAS POR SERVIDORES DA AUD**

Horas de treinamento	<b>3.191</b>
Média de horas por servidor	<b>86,2</b>
Horas de capacitação no tema Auditoria e controle	<b>1.452</b>

**MINISTRADAS POR SERVIDORES DA AUD**

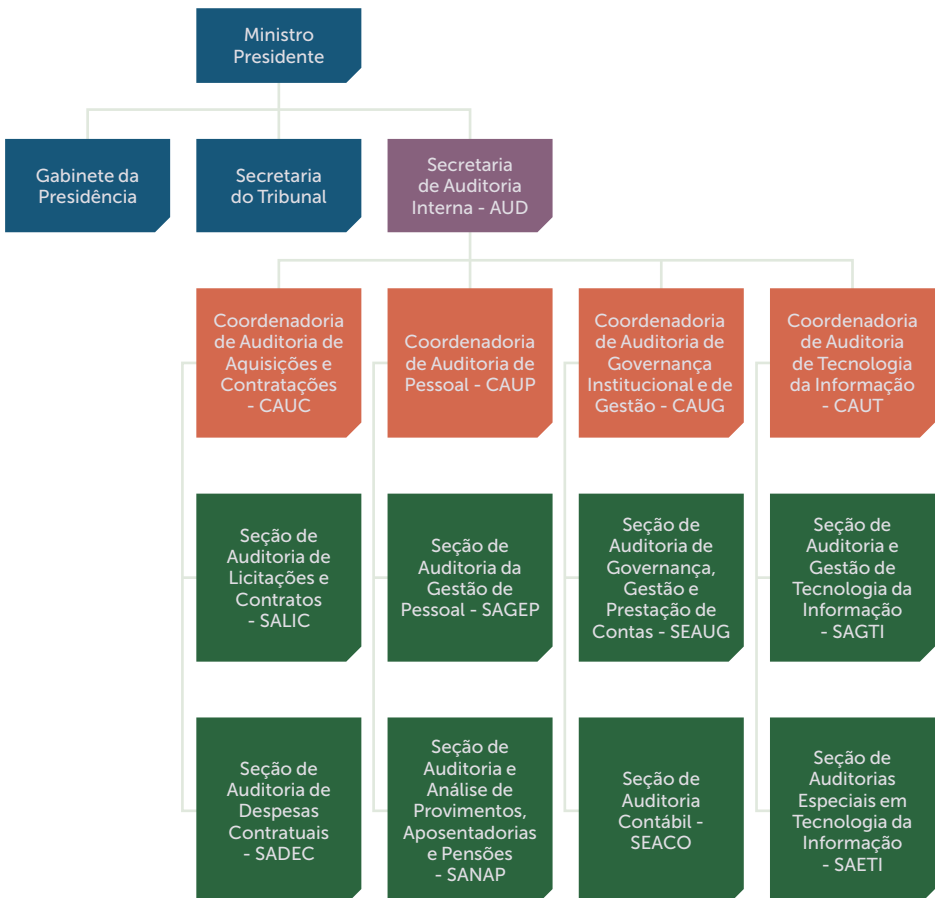
Quantidade de Cursos	<b>3</b>
Desenvolvimento de cursos a distância	<b>1</b>
Servidores do STJ Treinados	<b>50</b>



# A Secretaria de Auditoria Interna

**A** Secretaria de Auditoria Interna do Superior Tribunal de Justiça – AUD/STJ, cuja competência é definida no art. 74 da Constituição Federal de 1988, fornece atividades independentes e objetivas de avaliação e de consultoria no que concerne à atuação das unidades administrativas e aos seus processos de trabalho, assim como auxilia a Alta Administração e o Conselho de Administração na identificação, prevenção e tratamento de riscos, de modo a fomentar melhorias na eficácia do sistema de governança institucional e dos processos de gestão.

A AUD está vinculada hierarquicamente à Presidência do STJ e divide-se em quatro coordenadorias que, por sua vez, subdividem-se em duas seções especializadas, conforme o organograma a seguir:



As atribuições da AUD e de suas subunidades estão descritas, de forma detalhada, no Manual de Organização do STJ. Resumidamente, cada coordenadoria e seu conjunto de seções desempenham os seguintes papéis:

**CAUC****Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações:**

faz avaliações em temas, processos e atos relacionados à governança das aquisições, contratações em geral e gestão contratual, exceto os referentes à Tecnologia da Informação (TI).

**CAUP****Coordenadoria de Auditoria de Pessoal:**

faz avaliações em temas pertinentes à governança e à gestão de pessoas e analisa os atos de pessoal relativos à admissão, aposentadoria e pensão para fins de registro pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

**CAUG****Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e Gestão:**

faz avaliações em temas mais transversais ao Tribunal, tais como governança institucional, gestão de riscos, planejamento estratégico, gestão contábil e orçamentária, prestação de contas anuais.

**CAUT****Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia de Informação:**

faz avaliações em temas relacionados à governança e gestão de TI, bem como contratações e gestão de contratos nessa área.

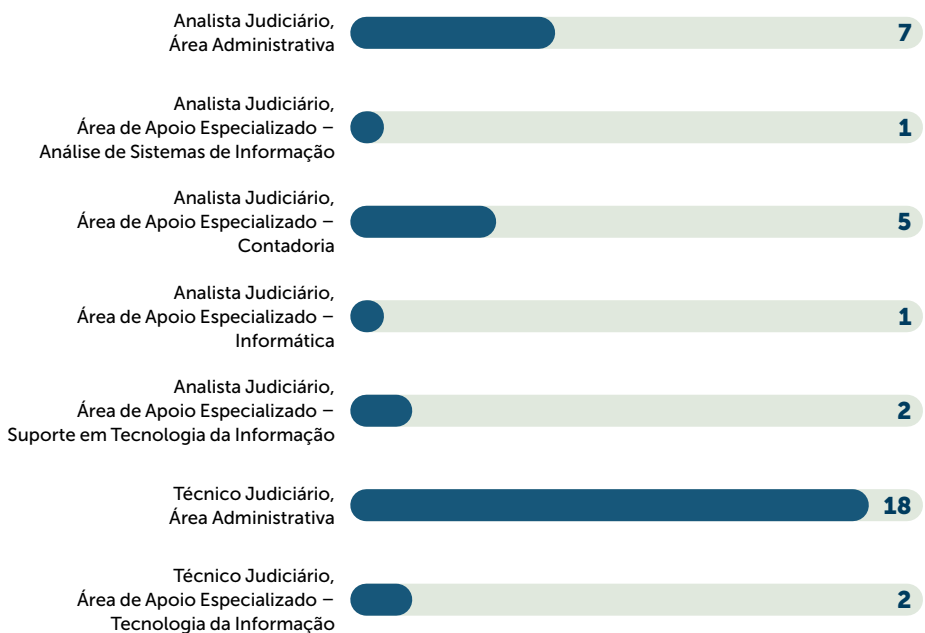


# Perfil dos servidores

**A** Secretaria de Auditoria Interna vem, ao longo dos últimos anos, buscando fortalecer seu posicionamento na Instituição de maneira a contribuir decisivamente para a condução das questões mais estratégicas, tanto as relacionadas à área-fim do Tribunal, quanto as do contexto da gestão administrativa.

Para isso, conta com o apoio de 36 servidores efetivos do STJ - 16 Analistas Judiciários e 20 Técnicos Judiciários - conforme demonstrado no gráfico e no quadro a seguir:

**GRÁFICO 1** Quantidade de servidores da AUD (cargos e especialidades)



A formação acadêmica de seus servidores é diversificada, o que possibilita a utilização das capacidades individuais para desenvolver os trabalhos de auditoria de forma especializada nas várias áreas de atuação da unidade, o que pode ser verificado no quadro abaixo.

QUADRO 1 Perfil dos servidores ativos por cargo efetivo e formação acadêmica

CURSO	QUANTIDADE DE ANALISTAS	QUANTIDADE DE TÉCNICOS	TOTAL
Administração	3	2	5
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	0	1	1
Ciência da Computação	2	1	3
Ciência Política	1	0	1
Ciências Contábeis	6	5	11
Ciências Econômicas	0	1	1
Ciências Sociais	0	1	1
Comunicação Social	0	1	1
Farmácia	1	0	1
Psicologia	1	0	1
Direito	2	0	2
Engenheiro Elétrico	1	0	1
Nutrição	0	1	1
Pedagogia	0	1	1
Processamento de Dados	1	2	3
Relações Internacionais	0	1	1
Sistema de Informação	0	1	1
Gestão Pública	1	0	1
Segurança da Informação	1	0	1
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>39</b>

Obs. 4 servidores possuem 2 graduações e ambas foram consideradas no levantamento.

Em 2021, 5 (cinco) servidores saíram da AUD e 4 (quatro), ingressaram. O quadro abaixo registra a movimentação dos servidores na AUD, no período de 2019 a 2021:

QUADRO 2 Perfil dos servidores ativos por cargo efetivo e formação acadêmica

CARGOS EFETIVOS	SAÍDA	ENTRADA
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado - Informática	1	1
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado - Contadoria	0	3
Técnico Judiciário, Área Administrativa	10	5
Analista Judiciário, Área Administrativa	4	4
Técnico Judiciário, Área de Apoio Especializado - Suporte Técnico	1	0
<b>Total geral</b>	<b>16</b>	<b>13</b>

# Planejamento Realizado

**A**o planejar sua atuação, a Secretaria de Auditoria Interna considera cenários além do exercício corrente, alinhando-se ainda à estratégia de médio prazo da Organização. Isso é atingido por meio da elaboração do Plano Diretor. Ademais, por meio do Plano Operacional, a unidade planeja sua atuação para o período de um ano.

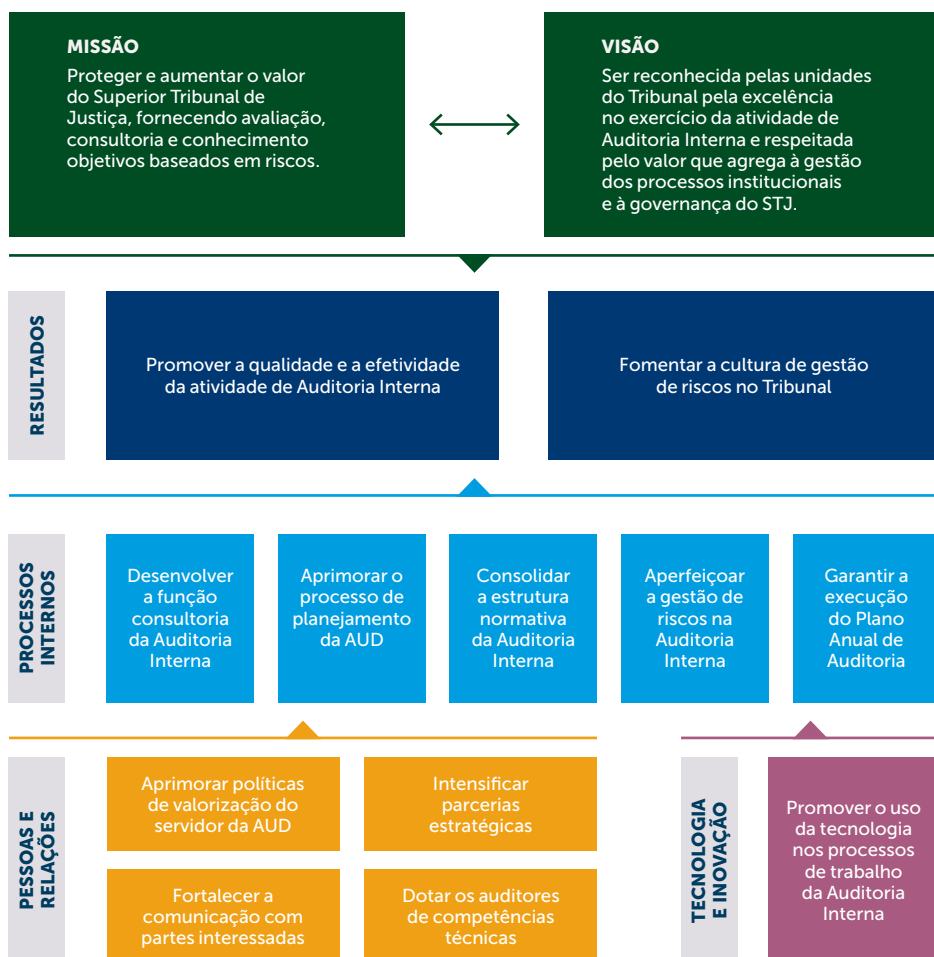
No ano de 2021, a AUD elaborou o Plano Diretor 2022-2025, que contém o planejamento da AUD para o respectivo período. O Mapa Estratégico a seguir representa as iniciativas estratégicas da Secretaria e aborda tanto os temas relacionados a sua atividade-fim, quanto os referentes à gestão da atividade de auditoria interna no STJ.

## Mapa Estratégico da Secretaria de Auditoria Interna do STJ Ciclo 2022 - 2025



Ainda no exercício em análise, foi finalizado o período de monitoramento do Plano Diretor 2018-2021. Por conta de mudanças no sistema de acompanhamento de indicadores do Alinhamento Estratégico do Tribunal e da migração para os indicadores do novo Plano Diretor, não foi possível avaliar todos os indicadores relacionados aos objetivos da unidade.

### Mapa Estratégico da Secretaria de Auditoria Interna do STJ Ciclo 2018 - 2021



No que concerne ao Plano Operacional da AUD, este contém o Plano Anual de Auditoria, no qual são planejadas as atividades de auditoria, consultoria, análises mandatórias e prestação de contas para o período de um ano. Além disso, o Plano Operacional faz a previsão do Plano de Gestão, do qual constam as ações relativas ao projeto estratégico IA-CM e as ações estruturantes da unidade para o exercício seguinte, e do Plano de Capacitação, no qual são elencados os treinamentos necessários para que os servidores da AUD executem melhor o seu trabalho. ■



# Desempenho no Plano Anual de Auditoria

**A** atividade finalística da Secretaria de Auditoria Interna é desenvolvida por meio de um conjunto de ações de controle. O planejamento das fiscalizações, para o exercício de 2021, foi organizado de acordo com a natureza dos trabalhos a serem realizados e dos resultados pretendidos, dentro das seguintes modalidades:

## AUDITORIA

Avaliação de determinado macroprocesso ou processo da gestão, executada conforme metodologia pré-estabelecida, da qual resulta relatório com as constatações da equipe de auditoria e recomendações de ações e providências para os gestores das áreas auditadas .

## AUDITORIA NAS CONTAS ANUAIS

Compreende um conjunto de avaliações, análises e emissão de relatórios que compoirão o processo de prestação de contas do STJ, para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

## ANÁLISE MANDATÓRIA

Análises que a unidade de auditoria interna deve fazer por força de comando legal ou constitucional, quando do exercício do papel de órgão de controle interno de sistema previsto no art. 74 da Constituição Federal de 1988 e em atendimento a comando legal ou normativo, especialmente da Lei Complementar n. 101/200, da Lei n. 8.443/1992 e da Resolução TCU n. 246/2011 (Regimento Interno/TCU).

## MONITORAMENTO

Ação de controle destinada a avaliar a implementação das recomendações feitas pela AUD em trabalhos de auditoria. Em determinadas situações, pode haver diversos monitoramentos para uma auditoria, até a solução das recomendações.

## CONSULTORIA

Atividade de aconselhamento fornecida pela Auditoria Interna à alta administração com a finalidade de agregar valor à organização e melhorar os seus processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, de forma condizente com os valores, as estratégias e os objetivos institucionais, sem que haja comprometimento da independência e autonomia do auditor interno governamental na realização de suas atividades.

## LEVANTAMENTO

Ação de controle utilizada para que a equipe de auditoria e a Secretaria como um todo conheça determinado macroprocesso, tema ou área objeto de sua atuação, sendo esse conhecimento utilizado para o planejamento de outras ações de controle, como a auditoria. Normalmente, não são feitas recomendações a partir dos levantamentos efetuados.

A Secretaria de Auditoria Interna atuou em conformidade com Plano Anual de Auditoria, contido no Plano Operacional da AUD de 2021. O quadro a seguir sintetiza a execução das atividades de fiscalização e consultoria do exercício:

QUADRO 3 Execução das ações do Plano Anual de Auditoria

MODALIDADE DE FISCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES PLANEJADAS	QUANTIDADE DE AÇÕES EXECUTADAS	OBSERVAÇÕES
<b>Auditoria</b>	16	7	A realização das auditorias foi fortemente influenciada pelo processo de contas anuais 2020, que exigiu boa parte da dedicação da equipe no 1º semestre de 2021.
<b>Auditoria nas contas anuais</b>	18	15	O processo de auditoria nas contas anuais, mobilizou praticamente todos os esforços da equipe da AUD no primeiro semestre do ano.
<b>Análise Mandatória</b>	2	2	Nas ações programadas para 2021, foram realizadas as seguintes análises: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 3 nos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2021;</li> <li>• 56 em processos de aposentadorias;</li> <li>• 110 em processos de admissões;</li> <li>• 66 em processos de pensões civis.</li> </ul>
<b>Consultoria</b>	2	0	Há empecilhos em relação à falta de treinamento da equipe nesse tipo de trabalho, bem como o fato de que elas devem ser demandadas pelas unidades auditadas. Apesar da não realização das consultorias previstas, foram realizados 6 trabalhos de consultoria na modalidade aconselhamento em 2021.
<b>Monitoramento</b>	26	24	Nos monitoramentos previstos, foram avaliadas 175 recomendações emitidas, entre recomendações estruturantes, corretivas e orientadoras.

Apesar de a conclusão dos trabalhos ter sofrido forte impacto face ao novo processo de auditoria nas contas anuais, o qual mobilizou praticamente todos os esforços da equipe da AUD, foram concluídas em 2021 as seguintes auditorias:

- ✔ Continuação da Auditoria sobre Procedimentos Licitatórios – Preventiva 2020 – CAUC e CAUT.
- ✔ Auditoria de Gestão de Frota.
- ✔ Auditoria no Processo de Contratação do STJ.
- ✔ Auditoria sobre Governança de Pessoas (APRIMORE).
- ✔ Auditoria Preventiva (Benefício Especial).
- ✔ Auditoria Contínua.
- ✔ 1ª Ação Coordenada do CNJ – Avaliação da Política de Acessibilidade.

Embora tenham sido programadas para se encerrar até o final de 2021, no dia 31/12/2021, ainda não tinham sido finalizados o “Levantamento – Avaliação do Sistema de Controle Interno em Nível de Entidade - Atividades de Controle”, a “Auditoria Integrada – Acompanhamento da Execução da Proposta Orçamentária”, a “Auditoria sobre Promoção, Progressão e Avaliação de Desempenho”, a “Auditoria sobre o Adicional de Qualificação”. Esses trabalhos foram encerrados até o mês de maio de 2022. Quanto às “Auditorias sobre Procedimentos Licitatórios - Preventiva 2021”, coordenadas por CAUC e CAUT, essas foram finalizadas em abril de 2022, conforme prazo previsto. Por sua vez, a “Auditoria de Gestão de Riscos de TI (Cybersegurança)” e a “Auditoria em Gestão de Continuidade de Negócios” não puderam ser realizadas por motivos de ordem técnica.



## A

# Auditorias e Resultados

A Secretaria de Auditoria, desde o último semestre de 2020, vem executando as atividades relativas à nova modalidade de Prestação de Contas, instituída pela Instrução Normativa TCU n. 84/2020, que está em fase de implementação nas instituições públicas. Este período de adaptação exigiu outras formas de desempenhar o que já estava sedimentado e o prazo para a realização de trabalhos essenciais teve de ser dilatado, havendo prorrogação de 90 dias, para entrega de relatório final de prestação de contas ao TCU. Assim, o primeiro semestre de 2021 foi, em grande parte, dedicado à realização da auditoria nas contas anuais relativas ao ano de 2020.

A despeito do desafio de ajustar-se aos novos parâmetros normativos da auditoria de contas, a AUD concluiu boa parte das ações previstas no Plano Anual de Auditoria para 2021 e ainda registrou um ótimo desempenho no Alinhamento Estratégico, com seu radar geral alcançando o patamar de 97,38% no ano de 2021.

Em relação às auditorias realizadas em 2021, teve-se como propósito o de induzir melhorias na governança, na gestão dos riscos e nos controles internos.

No exercício, foram realizadas 7 auditorias, dos seguintes tipos:

## AUDITORIA INTEGRADA

Busca verificar a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade dos controles, processos e sistemas usados na gerência de recursos financeiros, humanos, materiais e de informação das instituições públicas e dos programas de governo; bem como avaliar se as atividades referentes à obrigação de prestar contas são desenvolvidas a contento, incluindo o cumprimento legal de normas e regulamentos, naquilo que for aplicável. De forma geral, pode ser descrita como a junção de dois ou mais tipos de Auditoria.

## AUDITORIA DE CONFORMIDADE

Tem por objetivo avaliar a aderência dos atos de gestão praticados pelos diversos agentes e áreas do Tribunal às leis, normas e padrões que regem a administração pública e a nossa instituição.

## AUDITORIA OPERACIONAL

Visa avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, com a finalidade de certificar a existência e o funcionamento dos controles internos e apontar soluções alternativas para a melhoria dos processos de trabalho das diversas áreas do Tribunal, inclusive as finalísticas. A abordagem nesse tipo de auditoria é de apoio e auxílio à administração na busca do melhor desempenho da missão institucional e dos negócios das áreas.

## AUDITORIA CONTÍNUA


Modalidade de fiscalização que tem por objetivo aumentar a efetividade da atuação da auditoria interna, uma vez que, com o uso dos recursos de tecnologia da informação, possibilita a construção de trilhas de auditoria que analisam automaticamente todos os lançamentos do objeto examinado. Sua execução proporciona a identificação de falhas pouco tempo após a ocorrência do evento.


## AÇÃO COORDENADA

Auditoria de conformidade conduzida pelo Conselho Nacional de Justiça, com a participação de todo o Poder Judiciário, inclusive do STJ. Tem por objetivo a gestão concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário, bem como o atendimento aos princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade.

A seguir, encontram-se relacionadas as ações do Plano Anual de Auditoria de 2021 executadas até 31/12/2021 e para as quais foi emitido um sumário executivo, com os respectivos resultados alcançados. No ícone abaixo da auditoria realizada, incluiu-se o *link* para acesso ao teor do sumário executivo.

QUADRO 4 Sumários executivos das auditorias realizadas

AUDITORIA REALIZADA	RESULTADOS OBSERVADOS OU POTENCIAIS RESULTADOS
<p>Auditoria de conformidade baseada em riscos do processo de contratação do STJ</p> <p><b>(Processo STJ n. 15.488/2021)</b></p> 	<p>Os resultados obtidos com o presente trabalho permitiram concluir que a Administração tem atuado fortemente nos últimos períodos para implantar nos processos de contratação os princípios previstos nos normativos vigentes sendo inclusive observado por esta Auditoria exemplos de boas práticas que serão destacadas a seguir, contudo, foram observadas ainda oportunidades de melhoria que também serão relatadas nos tópicos abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Boa prática identificada na disponibilização de informações e no desenvolvimento e utilização de ferramentas que aprimoram a composição de custos e a obtenção e avaliação de preços de mercado.</li> <li>• Oportunidade de melhoria no processo de elaboração dos estudos técnicos preliminares.</li> <li>• Oportunidade de melhoria na utilização de um sistema para informar as ocorrências das contratações anteriores.</li> <li>• Oportunidade de melhoria no processo de capacitação prática em gestão de riscos.</li> <li>• Oportunidade e melhoria na atualização e no monitoramento nas fases de planejamento, seleção de fornecedor e gestão dos contratos.</li> </ul>

AUDITORIA REALIZADA	RESULTADOS OBSERVADOS OU POTENCIAIS RESULTADOS
<p>Auditoria operacional sobre gestão da frota do STJ</p> <p><b>(Processo n. 11.546/2021)</b></p> 	<p>A gestão da frota no STJ, em geral, guarda conformidade com a legislação vigente, assim como, possui controles-chave básicos institucionalizados. Foram identificadas boas práticas na gestão da frota, com especial destaque para a adoção de solução alternativa para o atendimento às demandas de transporte, o MOVA STJ, acarretando mais eficiência e economicidade. Entretanto, identificaram-se oportunidades de melhorias que deverão ser adotadas pela Administração a fim de se manter um esforço contínuo de aprimoramento dos processos de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Institucionalizar uma Política de Gestão de Frotas favorece a eficiência no atendimento às demandas por transporte no STJ.</li> <li>• Identificar condutor responsável por infração de trânsito evita danos ao erário pelo agravamento da penalidade de que trata o §8º do art. 257 do CTB.</li> <li>• Ampliar a concorrência entre as oficinas credenciadas permite a seleção de propostas mais vantajosas para o STJ.</li> <li>• Publicar informações precisas e fidedignas evita danos à imagem do STJ.</li> <li>• Utilizar sistema informatizado para a gestão da frota viabiliza a obtenção de informações gerenciais integradas, confiáveis e tempestivas para suportar a tomada de decisões dos gestores.</li> </ul>


Auditoria integrada sobre os procedimentos adotados pela administração na execução das atividades relativas ao programa APRIMORE

**(Processo STJ n. 8.231/2021)**



A auditoria constatou:

- Fragilidade na apuração da participação dos servidores no Ciclo de Diagnóstico de Competências.
- Baixo índice de respostas ao formulário do Ciclo de Diagnóstico de Competências.
- Ineficiência na apresentação dos resultados do Ciclo de Diagnóstico de Competências.
- Baixo índice de utilização do PDI como roteiro para participação em ações de capacitação.

AUDITORIA REALIZADA	RESULTADOS OBSERVADOS OU POTENCIAIS RESULTADOS
<p>Auditoria de acessibilidade digital</p> <p><b>(Processo STJ n. 21.930/2021)</b></p> 	<p>A auditoria constatou:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oportunidade de melhoria no acompanhamento profissional dos servidores com deficiência no STJ.</li> <li>• Erros encontrados na avaliação ASES (Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios) nos principais sítios do STJ.</li> <li>• Ausência de intérprete de libras, legenda e audiodescrição em vídeos publicados pelo STJ.</li> <li>• Inconformidades de sites do STJ com o modelo de acessibilidade do governo eletrônico – eMAG Links, Imagens, Download, Texto e Contraste.</li> </ul>

Auditoria de conformidade aplicada à avaliação preventiva dos procedimentos licitatórios - Exercício de 2020

**(Processo STJ n. 2.216/2020)**



Inicialmente, verificou-se que de forma geral os procedimentos adotados pela Administração em relação à instrução inicial dos autos dos processos referentes às aquisições de bens e serviços do exercício de 2020 estavam em consonância com a legislação vigente. Foi possível confirmar que existe um processo de aprimoramento da gestão administrativa que vem sendo construído nos últimos anos no Tribunal, em especial desde meados de 2015 e que continua ocorrendo até os dias de hoje, relativamente ao sistema de aquisições e contratações, numa combinação de: institucionalização de normas internas, avanço na utilização dos sistemas e ferramentas de Tecnologia da Informação e formulários eletrônicos e aperfeiçoamento dos processos de trabalho. Não obstante, identificou-se oportunidades de melhorias que podem ser implementadas pela Administração do STJ relacionadas à fase de planejamento, especialmente no que se refere à justificativa para adjudicação global, à estimativa de preços, à planilha de formação de preços e à metodologia técnica na definição do quantitativo do bem ou do serviço. Constatou-se, também, na amostra avaliada, que a Administração, com o objetivo de aprimorar a gestão das aquisições e o sistema de controles internos, deverá empenhar-se na adequação dos procedimentos e processos de trabalhos relativos aos seguintes tópicos:

- Ausência de justificativa adequada para a adjudicação global.
- Necessidade de melhorar a instrução da pesquisa estimativa de preços.
- Necessidade de ajustar os valores da planilha de preços.
- Salário acima da CCT.
- Ausência de metodologia técnica para estimar os quantitativos do objeto a ser contratado.

## B

# Auditoria nas Contas Anuais

A auditoria anual nas contas dos administradores é competência das unidades de auditoria interna da Administração Pública Federal, que desempenham papel de órgão do sistema de controle interno, previsto no art. 74 da Constituição Federal, e é determinada pelo art. 50 da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992.

A auditoria, realizada de 1º/8/2020 a 31/5/2021, foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria do setor público e insere-se na estratégia de fortalecimento da auditoria financeira aprovada pelo Acórdão 3.608/2014 – TCU - Plenário, de realização de auditorias nas contas anuais para fins da certificação das contas.

Os principais resultados observados neste trabalho foram:

## QUANTO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Concluiu-se que as distorções não corrigidas descritas na Seção 2 - Achados de auditoria, itens 2.1 – Distorções de valores, 2.2 - Distorções de classificação, apresentação ou divulgação, 2.3 Desvios de Conformidade do relatório de auditoria nas contas, são relevantes, individualmente ou em conjunto, mas não têm efeitos generalizados sobre as demonstrações contábeis acima referidas, uma vez que:

- i. Se restringem a elementos, contas ou itens específicos das demonstrações contábeis;
- ii. Representam parcela substancial do BP (R\$ 94.274.787,25 do passivo do STJ, ou 57,10% do passivo exigível do Tribunal) e distorções relevantes sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, pelos valores ultrapassarem a materialidade global definida nesta auditoria (R\$ 35.490.198,19 = 2% do total da despesa executada – PT320.1);
- iii. Em relação às divulgações, as distorções de classificação, apresentação ou divulgação prejudicam o entendimento do BP e da DVP pelos usuários, sendo relevantes, mas não generalizadas no conjunto das demonstrações contábeis.

Destaca-se que as demonstrações contábeis da entidade para o exercício findo em 31/12/2019 não foram auditadas com base na nova metodologia. Contudo, obteve-se evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre se os saldos iniciais continham distorções que poderiam afetar de forma relevante as demonstrações contábeis de 31/12/2020.

## QUANTO À CONFORMIDADE DAS OPERAÇÕES, TRANSAÇÕES OU ATOS DE GESTÃO SUBJACENTES

Foram identificados desvios de conformidade cujos efeitos descritos a seguir são relevantes, tomados individualmente ou em conjunto, mas não generalizados nas transações subjacentes às demonstrações contábeis, a saber:

- i. Erros de procedimentos na rotina contábil de registro da obrigação de Precatórios, RPV e Patronal do PSSS com reflexos no patrimônio da Entidade Devedora disposta na Nota Técnica SPO/CJF n. 001/2019, recepcionada pela Macrofunção SIAFI n. 021131 - Registro de Processos Judiciais.
- ii. Erros de procedimentos nas rotinas contábeis de férias e gratificação natalina dispostas na Macrofunção SIAFI n. 021142 – Folha de Pagamento.
- iii. Inconsistências nos relatórios de informações da folha de pagamento relativamente às provisões de férias e gratificação natalina, que dão suporte aos registros contábeis da rotina estabelecida pela Macrofunção SIAFI n. 021142 – Folha de Pagamento. 173.

Ressalta-se que a opinião sobre as demonstrações contábeis e a conformidade das transações subjacentes não abrange o Relatório de Gestão e a equipe de auditoria não expressou qualquer forma de conclusão sobre esse relatório.



Ao final do trabalho, procedeu-se à:

- ✓ Apresentação aos administradores do STJ das análises e conclusões realizadas pela equipe da AUD, tendo por base os trabalhos efetuados sobre os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e contábil do STJ no exercício de 2020.
- ✓ Emissão do **Certificado de Auditoria** pela Regularidade com Ressalva das contas dos responsáveis pela administração do STJ.



ACESSE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO STJ DE 2020,  
CLICANDO SOBRE A FIGURA AO LADO

O volume de recursos fiscalizados totalizou R\$ 1.577.451.052,67, correspondendo a 88,9%, das despesas executadas (pagas) no exercício de 2020, dos quais 71,06% correspondem à pessoal, benefícios e encargos; 11,01% à precatórios; 6,83% à terceirização e 11,10% não foram fiscalizados no exercício de 2020, conforme gráfico abaixo.

GRÁFICO 2 Volume dos recursos auditados em relação à base da materialidade



Destaca-se, por fim, o início da auditoria nas contas do ano de 2021 determinado pela Ordem de Serviço n. 7/2021 de 2 de julho de 2021. Os resultados da auditoria de contas anuais de 2021 serão reportados no relatório de atividades sobre o exercício de 2022.

## C

# Análises Mandatórias

## CONFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

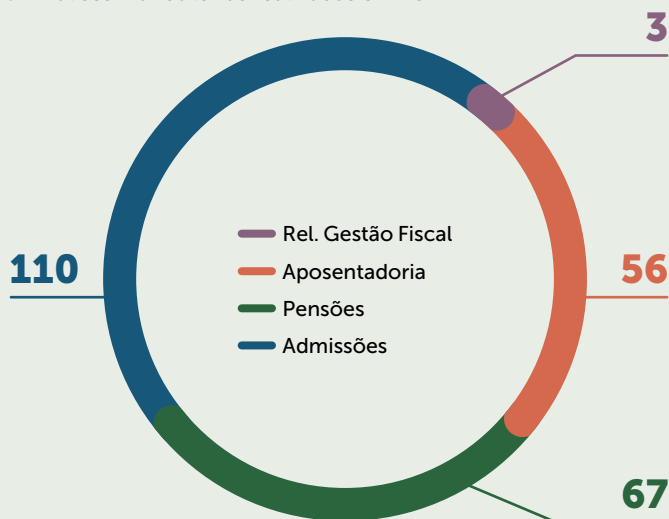
É de responsabilidade da Secretaria de Auditoria Interna garantir que o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, que é um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101), seja elaborado de acordo com as disposições contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No exercício de 2021, a AUD analisou os 3 (três) RGFs elaborados pelo Tribunal, processos STJ 11.807/2020 (Exercício de 2020); STJ 11.701/2021 (Exercício de 2021); e STJ 12.573/2022 (Exercício de 2022).

## AVALIAÇÃO DOS ATOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SUJEITOS A REGISTRO NO TCU

O art. 11 da Instrução Normativa TCU n. 78, de 21 de março de 2018, determina que “o órgão de controle interno emitirá parecer sobre a legalidade dos atos de admissão e de concessão disponibilizados no e-Pessoal pelos órgãos de pessoal a ele vinculados”.

Conforme demonstrado no gráfico abaixo, em 2021, a AUD encaminhou 233 atos ao TCU, por meio do Sistema e-Pessoal, sendo 110 admissões, 56 aposentadorias e 67 pensões.

GRÁFICO 3 Análises mandatórias realizadas em 2021



Cabe ressaltar que em todos os casos a Auditoria Interna observou o prazo de 120 dias para envio dos atos à Corte de Contas, em conformidade com §1º do art. 11 da Instrução Normativa do TCU n. 78/2018.

# D Impacto das Recomendações

Como decorrência da atividade de fiscalização, a AUD recomenda medidas a serem adotadas pelas diversas áreas administrativas do Tribunal. Tais recomendações visam, primordialmente, induzir melhorias nos processos de trabalho e de gestão, podendo ser classificadas em **Estruturante**, **Corretiva** e **Orientadora**, de acordo com a forma como impactam os processos de gestão do Tribunal.

## ESTRUTURANTE

É a recomendação que propõe melhorias na governança, na gestão de riscos e nos controles internos de um processo de trabalho ou área da gestão. O “não fazer” tem alto impacto no processo de trabalho e no seu resultado, podendo comprometer, inclusive, o cumprimento da missão institucional. É recomendação que geralmente gera efeitos positivos nas ações futuras da gestão, de forma a melhorar a eficiência e os resultados.

## CORRETIVA

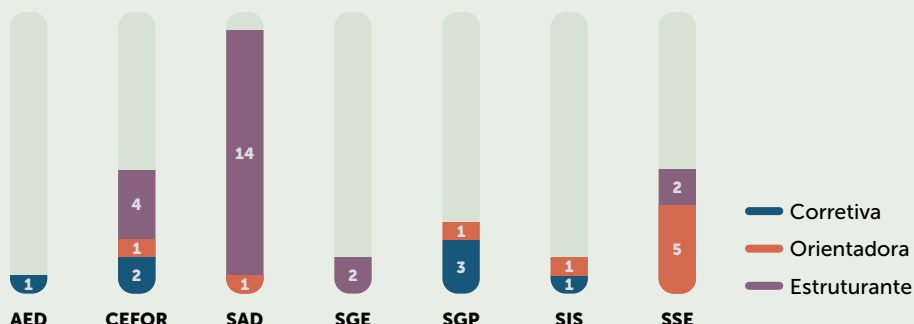
É a recomendação com proposta de ajuste em um processo administrativo já constituído ou de correção de falha ou irregularidade. É aquela que trata de situação pontual, de uma falha ou irregularidade ocorrida no passado e que deve ser corrigida pelo gestor, ou que indica a necessidade de ação do gestor em processo administrativo em andamento.

## ORIENTADORA

É a recomendação que, com finalidade pedagógica, sugere a adoção de boas práticas de gestão, deixando para o gestor a avaliação de oportunidade e conveniência e da relação custo x benefício de adoção. Em regra, as orientações para boas práticas estão classificadas neste tipo de recomendação.

Em 2021, a AUD emitiu 38 recomendações, sendo 22 estruturantes, 7 corretivas e 9 orientadoras. O gráfico abaixo demonstra a quantidade de recomendações emitidas para cada unidade auditada por tipo:

GRÁFICO 4 Recomendações emitidas pela AUD em 2021





# Monitoramentos e Resultados

Em 2021, realizaram-se monitoramentos para avaliar a implementação das recomendações emitidas pela AUD em ações de fiscalização realizadas no decorrer dos exercícios de 2014 a 2021, conforme demonstra o quadro a seguir:

QUADRO 5 Quantidade de ações de fiscalização monitoradas por ano

QUANTIDADE DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO MONITORADAS				
EXERCÍCIO DA FISCALIZAÇÃO	2018	2019	2020	2021
<b>2008</b>	-	1	-	-
<b>2011</b>	0	-	-	-
<b>2012</b>	-	1	-	-
<b>2013</b>	0	-	-	-
<b>2014</b>	6	3	3	1
<b>2015</b>	6	1	3	1
<b>2016</b>	6	3	3	1
<b>2017</b>	8	5	6	3
<b>2018</b>	3	13	7	7
<b>2019</b>	-	9	13	5
<b>2020</b>	-	-	5	7
<b>2021</b>	-	-	-	3
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>29</b>	<b>36</b>	<b>28</b>

Registre-se que as recomendações decorrentes das fiscalizações são monitoradas quanto a seu atendimento, pelo menos uma vez ao ano. Em regra, o monitoramento de uma recomendação tem prazo de controle de até 3 (três) anos consecutivos, conforme determinado no Manual de Auditoria Interna do STJ, ou até a solução completa das pendências pela área auditada, de acordo com a conveniência e oportunidade da situação avaliada pela equipe de auditoria. Pelo exposto no quadro acima, observa-se que, no exercício de 2021, foram monitoradas 6 fiscalizações realizadas entre os anos de 2014 e 2017, ou seja, fora do prazo regular de monitoramento.

## F

# Situação das Recomendações

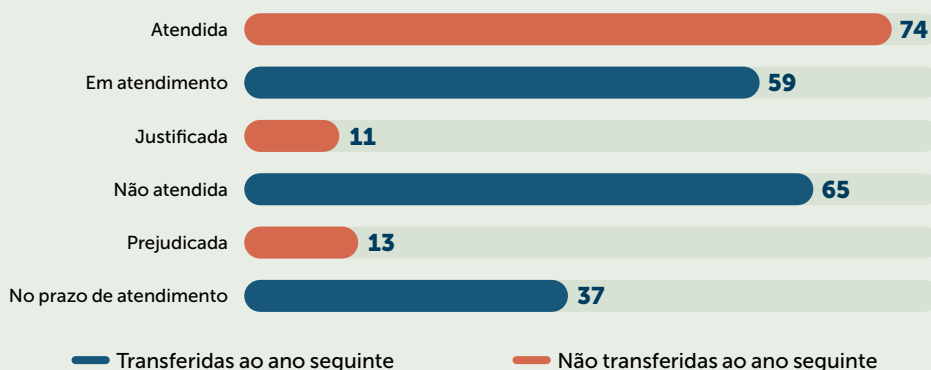
No monitoramento, a AUD adotou em 2021 a seguinte classificação para identificar as situações em que se encontram as recomendações.

QUADRO 6 Situação das recomendações

SITUAÇÃO	O QUE SIGNIFICA
<b>Atendida</b>	A unidade auditada realizou as ações consideradas necessárias e suficientes pela Auditoria Interna para o atendimento da recomendação.
<b>Em atendimento</b>	A unidade auditada iniciou a ação para atendimento da recomendação, porém, a solução não estava completa no momento da elaboração do relatório de monitoramento.
<b>Justificada</b>	A unidade auditada não atendeu à recomendação, mas apresentou justificativas que foram consideradas razoáveis e satisfatórias pela Auditoria Interna.
<b>Não atendida</b>	A unidade auditada manifestou-se, de forma justificada, contrária à implementação da recomendação; porém, a Auditoria Interna não considerou razoáveis as justificativas apresentadas.
<b>No prazo de atendimento</b>	O prazo para as providências ou informações da unidade auditada ainda estava vigente no fechamento das análises da equipe de auditoria.
<b>Prejudicada</b>	A recomendação perdeu seu objeto, não sendo possível seu atendimento pela unidade auditada.

No final de 2021, havia um estoque de 259 recomendações a serem atendidas: 221 oriundas de exercícios anteriores e 38 emitidas em 2021. O gráfico a seguir demonstra a situação do conjunto de recomendações no final do exercício.

GRÁFICO 5 Situação das recomendações em 31/12/2021



O acompanhamento dessa ação é realizado por meio do **indicador estratégico de Atendimento às Recomendações**, que mede a proporção das recomendações em monitoramento que foram atendidas. ■



# Resultado do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna



Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI) tem o propósito de assegurar que o conceito de qualidade seja inserido na atividade de auditoria interna e em todas as suas operações, devendo essas ser gerenciadas e executadas conforme uma metodologia pré-estabelecida que promova a qualidade e, por padrão, a conformidade com as normas internacionais de auditoria.

O referido programa abrange avaliações da eficiência e da eficácia da atividade de auditoria interna, o que ajuda a identificar oportunidades de melhoria, inclusive em relação às competências técnicas do profissional de auditoria.

Em 2021, ele foi aplicado nos trabalhos de avaliação e de consultoria realizados pela Secretaria de Auditoria Interna a fim de identificar o nível de qualidade da atividade de auditoria interna e detectar as oportunidades de melhorias para levar a unidade a um patamar superior e apropriado.

Para assegurar a qualidade das atividades de auditoria interna, após a conclusão de cada trabalho, são disponibilizados questionários semiestruturados para:

- Unidades auditadas.
- Supervisores dos trabalhos.
- Equipes de Auditoria Interna.

Os elementos avaliados neste instrumento são:

- Planejamento do trabalho.
- Execução do trabalho.
- Relacionamento com a unidade cliente.
- Comunicação dos resultados.
- Preparo da equipe.

Em 2021, as unidades auditadas que responderam aos questionários foram as seguintes:

- Gabinete do Diretor-Geral.
- Centro de Formação e Gestão Judiciária (CEFJR).
- Secretaria de Administração.
- Secretaria de Segurança.
- Secretaria de Orçamento e Finanças.
- Secretaria de Gestão de Pessoas.
- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Secretaria de Processamento de Feitos.
- Secretaria de Segurança.
- Secretaria de Documentação.
- Secretaria de Gestão Estratégica.
- Secretaria de Serviços de Saúde.
- Secretaria de Comunicação Social.
- Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas.

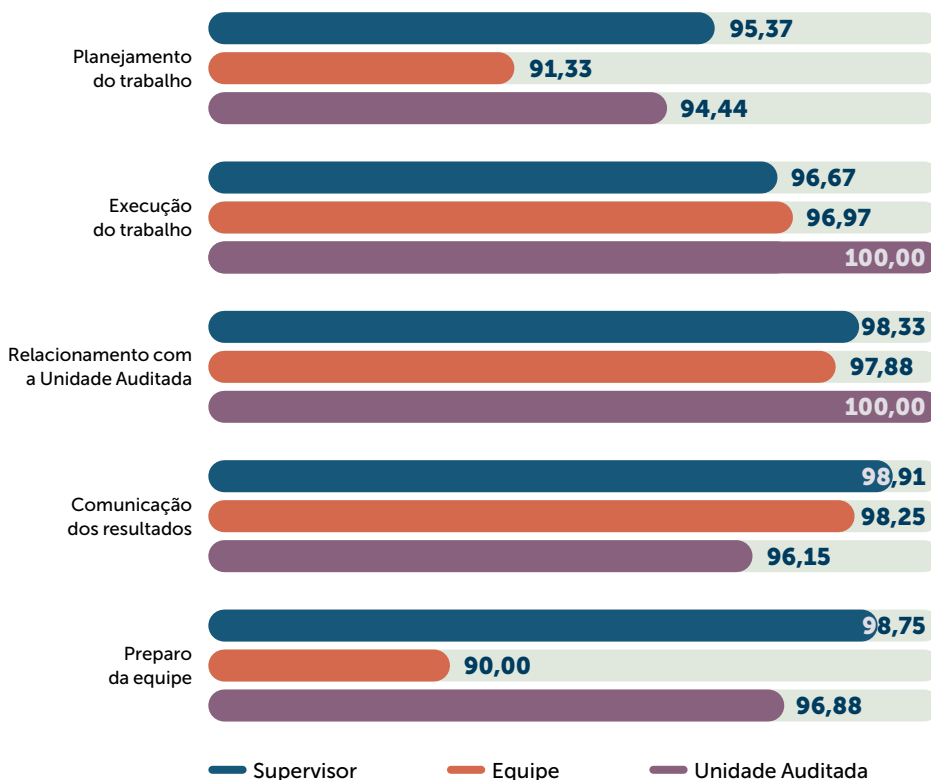
Os resultados das avaliações são mensurados de acordo com níveis de maturidade descritos no quadro abaixo:

**QUADRO 7** Níveis de maturidade da avaliação da qualidade dos trabalhos de auditoria interna

NÍVEIS DE MATURIDADE DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA					
	NÍVEL 1 INTRODUTÓRIO	NÍVEL 2 EMERGENTE	NÍVEL 3 ESTABILIZADO	NÍVEL 4 PROGRESSIVO	NÍVEL 5 AVANÇADO
<b>O que significa</b>	Práticas de auditoria interna inexistentes	Práticas de auditoria interna realizadas de maneira informal	Normas e padrões de auditoria interna utilizados esporadicamente	Normas e padrões de auditoria interna utilizados na maioria das vezes	Normas e padrões de auditoria interna utilizados plenamente
<b>Pontuação representativa</b>	0 a 30	30 a 50	50 a 80	80 a 90	90 a 100

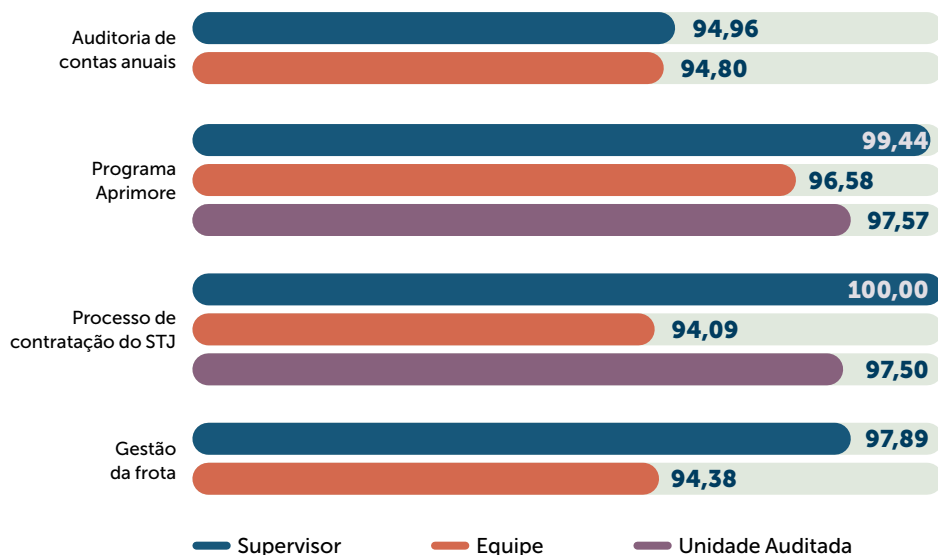
Os resultados obtidos com as avaliações realizadas encontram-se logo após:

**GRÁFICO 6** Índice de cada elemento do questionário de avaliação contínua da qualidade - IEQ





**GRÁFICO 7** Resultados do índice de geral de avaliação contínua (IGAC) por auditoria e tipo de respondente



**GRÁFICO 8** Índice geral de avaliação contínua (IGAC) por auditoria





# Resultados da Gestão

## Projeto IA-CM



objetivo principal da Secretaria de Auditoria Interna é proteger e agregar valor ao negócio do STJ, buscando constantemente uma atuação mais participativa, colaborativa e eficiente.

Com vistas a aprimorar a atividade da auditoria interna, contribuindo para o alcance da excelência na auditoria do STJ, a AUD desenvolve, desde o ano de 2020, o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna - IA-CM (Internal Audit Capability Model), uma ferramenta de planejamento estratégico que atua como instrumento de visão e comunicação, tendo como objetivo o aperfeiçoamento organizado de uma unidade de auditoria interna do setor público. O IA-CM descreve um caminho progressivo para que a auditoria interna aprimore suas capacidades de forma a suprir as necessidades de governança e expectativas profissionais do STJ. Com esse roteiro, é possível definir os passos para que a AUD evolua do nível atual de capacidade para um nível de auditorias internas fortes e eficazes.

A iniciativa, que se propõe a orientar a elaboração das políticas, processos, procedimentos e ferramentas tecnológicas de Auditoria Interna, necessários para sua efetividade, tem o objetivo de aprimorar as capacidades da AUD e adotar práticas, de forma progressiva e ordenada, aumentando o valor agregado ao STJ pelos serviços prestados pela Secretaria de Auditoria Interna.

No STJ, em agosto de 2019, foram realizados uma autoavaliação e um diagnóstico os quais identificaram o nível atual de capacidade de atendimento e prestação de serviços da AUD. O Modelo possui 5 níveis de capacidade: 1-inicial, 2-infraestrutura, 3-integrado, 4-gerenciado e 5-otimizado.

O resultado do diagnóstico demonstrou que, no que se refere ao nível 2 (Infraestrutura), a AUD possui 82% dos seus processos desenvolvidos, ou em desenvolvimento, e 18% a serem desenvolvidos. No nível 3, a unidade de auditoria possui 58% processos desenvolvidos, ou em desenvolvimento, e 42% não desenvolvidos.

Embora o objetivo inicial da AUD fosse atender integralmente ao nível 2 (Infraestrutura) até o final de 2021, devido a mudanças ocorridas em função da pandemia e da necessidade de reorganização das atividades na auditoria interna, alguns produtos tiveram sua conclusão comprometida, tendo sido necessário estabelecer novos prazos para conclusão dos trabalhos. Durante os anos de 2020 e 2021, os seguintes produtos foram desenvolvidos e/ou estão em desenvolvimento:

QUADRO 8 Produtos IA-CM

PRODUTO	SITUAÇÃO
Banco de lições aprendidas	Em fase de revisão
Base de dados de históricos das fases de fiscalização	Iniciado
Código de Conduta Ética dos Auditores Internos	Concluído
Estatuto da Secretaria de Auditoria Interna	Concluído
Fluxograma do Monitoramento das recomendações	Concluído
Fluxograma do Planejamento da AUD	Concluído
Fluxograma do processo de Auditoria	Concluído
Manual de Auditoria	Em desenvolvimento
Padrão de avaliação de riscos e controles internos	Em fase de revisão
Matriz de recursos da AUD	Em fase de revisão
Método de avaliação do universo de auditoria	Concluído
Normas para atividade de AI	Concluído
Padrão de elaboração e atualização de normas da AUD	Em desenvolvimento
Padrão de Monitoramento de Recomendações	Em desenvolvimento
Padrão de Planejamento	Em desenvolvimento
Padrão de relatórios e notas de auditoria	Em desenvolvimento
Plano Diretor - padrão de planejamento	Em desenvolvimento
Plano Operacional - padrão de planejamento	Em desenvolvimento
Plano Orçamentário da AUD	Em revisão
Política de uso de ferramentas tecnológicas no âmbito da AUD	Em desenvolvimento
Política/Plano de comunicação da AUD	Em desenvolvimento
Processo de comunicação interna e externa da AUD	Em desenvolvimento
Sistema informatizado p/gerenciamento da atividade de AI	Em avaliação
Política/Plano de capacitação	Concluído
Política/Plano de incentivo e valorização do servidor da AUD	Em desenvolvimento



## Ações Estruturantes

O Plano de Ação da Secretária de Auditoria Interna contém, além das ações de fiscalização, as ações estruturantes, que visam realizar melhorias na execução, gestão e controle dos processos de trabalho e aprimorar a eficiência e os resultados dos trabalhos. O gráfico, a seguir, demonstra a proporção de atividades em relação à fase de desenvolvimento que se encontravam, no final de 2021:

GRÁFICO 9 Situação das ações estruturantes em 2021



O quadro abaixo relaciona as ações estruturantes e respectivo status de execução:

QUADRO 9 Ações estruturantes

AÇÕES ESTRUTURANTES				
Nº	AÇÃO ESTRUTURANTE	INDICADOR	OBJETIVO DA AUD	STATUS
1	Implantar Pesquisa de Satisfação para medir o grau de valorização do servidor da AUD	Valorização do Servidor	Aprimorar políticas de valorização do servidor da AUD	Não iniciada
2	Elaborar estudo para aplicação do Teletrabalho na AUD	Valorização do Servidor	Aprimorar políticas de valorização do servidor da AUD	Concluída
3	Realizar convênio com o IIA (Instituto de Auditores Internos) para certificação dos servidores	Parcerias firmadas	Intensificar parcerias estratégicas	Em andamento
4	Incrementar o relacionamento com o TCU e demais órgãos de controle e fiscalização externa	Parcerias firmadas	Intensificar parcerias estratégicas	Em andamento

<b>AÇÕES ESTRUTURANTES</b>				
<b>Nº</b>	<b>AÇÃO ESTRUTURANTE</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>OBJETIVO DA AUD</b>	<b>STATUS</b>
5	Identificar Associações Profissionais de Interesse	Parcerias firmadas	Intensificar parcerias estratégicas	Em andamento
6	Mapear o subprocesso de Avaliação Contínua das Auditorias – item Comunicação dos Resultados	Efetividade da comunicação em auditorias, Índice geral de avaliação contínua – IGAC	Promover a qualidade e a efetividade da atividade de auditoria interna e fortalecer a comunicação com partes interessadas	Concluída
7	Elaborar modelo de apresentação dos resultados da avaliação contínua (item Comunicação dos resultados)	Base de dados submetida a auditoria interna	Promover o uso de tecnologia nos processos de trabalho da Auditoria Interna	Concluída
8	Elaborar Pesquisa de Satisfação para medir o sucesso das ações de comunicação	Alcance das ações de divulgação da AUD	Fortalecer a comunicação com partes interessadas	Não iniciada
9	Implementar canal de elogios, críticas e sugestões na página da AUD - Intranet	Alcance das ações de divulgação da AUD	Fortalecer a comunicação com partes interessadas	Em andamento
10	Elaborar Programa de Desenvolvimento de Competências dos Auditores Internos	Percentual de servidores capacitados em temas relacionados à atividade de auditoria	Dotar os auditores de competências técnicas	Concluída
11	Desenvolver trilha de auditoria contínua	Base de dados submetida a auditoria interna	Promover o uso de tecnologia nos processos de trabalho da Auditoria Interna	Concluída
12	Realizar <i>Benchmarking</i> com Instituições onde a Auditoria Interna presta serviços de Consultoria	Esforço de consultoria nas atividades da AUD	Desenvolver a função consultoria na Auditoria Interna	Em andamento
13	Elaborar o mapa de processos e subprocessos da AUD	Gestão dos Riscos nos Principais Processos de Trabalho da AUD	Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna	Em andamento
14	Desenvolver modelo de matriz de risco	Gestão dos Riscos nos Principais Processos de Trabalho da AUD	Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna	Em revisão

## Execução do Plano Diretor

### 1 Garantir a Execução do Plano Anual de Auditoria - PAA

As informações sobre a execução do PAA já foram detalhadas na seção Desempenho no Plano Anual de Auditoria desse relatório.

### 2 Desenvolver a função Consultoria da Auditoria Interna

Mediante solicitação de instâncias específicas, a Secretaria de Auditoria Interna do STJ presta atividades de consultoria ao fornecer informações que contribuem para o aperfeiçoamento de processos e resultados quanto à governança, ao gerenciamento de riscos e aos controles do Tribunal da Cidadania. Essa atividade possui caráter objetivo, de modo a eximir o auditor da assunção de atividades de cogestão que impactem ou restrinjam a autonomia de auditorias futuras.

Em razão do novo processo de auditoria nas contas anuais, imposto pela Instrução Normativa TCU nº 84/2020, não foi possível realizar as duas consultorias que estavam previstas no Plano Operacional, a saber: Consultoria em Gestão de Riscos de TIC nas Aquisições e Consultoria em Gestão de Riscos de TI.

No entanto, cumpre informar que, embora não tenham sido previstas no Plano Operacional do ano de 2021, foram finalizados os seguintes trabalhos de consultoria, na modalidade aconselhamento, no exercício em comento:

- ✔ **Contratação de serviços de apoio técnico especializado, na área de Tecnologia da Informação (TI), para contratação, por meio de registro de preços, de subscrições do banco de dados SingleStore (antigo MemSQL), incluindo atualizações e suporte técnico do Processo STJ n. 009006/2020.**
- ✔ **Despesas decorrentes da cessão de uso do restaurante Taioba.**
- ✔ **Divulgação das decisões e julgados do CNJ relacionados às Aquisições e Contratações.**
- ✔ **Nova contratação de prestação de serviços de limpeza, acompanhamento atrelado ao resultado, nos termos do Acórdão TCU n. 2.831/2015 – Plenário.**

### 3 Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna

O STJ, por meio da Instrução Normativa STJ/GP n. 4, de 6 de fevereiro de 2020, regulamentou a Política de Gestão de Riscos do Tribunal com o intuito de incorporar a visão das ameaças e oportunidades à tomada de decisão, alinhada às melhores práticas adotadas no setor público.

Nesse contexto, em 2021 realizaram-se as seguintes ações:

### MAPEAMENTO DE PROCESSOS DE TRABALHO DA AUDITORIA INTERNA

Uma etapa importante para a organização da gestão de riscos é o mapeamento de processos de trabalho. Com isso, obtém-se mais objetividade ao identificar as possibilidades de aprimoramento dos processos, uma vez que existe clareza acerca de quais atividades os compõem. Nesse sentido, foram revisados os seguintes processos de trabalho:

#### No planejamento da Auditoria Interna:

- a. Elaboração do Plano Diretor da AUD.
- b. Elaboração do Plano Operacional da AUD.

### ELABORAÇÃO DO PADRÃO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Documento que cria um padrão de avaliação de controles internos, adequado à realidade organizacional, visando subsidiar os auditores do STJ na aferição da eficácia, da concepção e do funcionamento do Sistema de Controle Interno do Tribunal, bem como na determinação de melhorias.

### ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO DE RISCOS DO PROJETO IA-CM

### ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO DE RISCOS DO PROCESSO DE MONITORAMENTO

Os fluxogramas dos processos de trabalho mapeados na AUD podem ser conferidos no caminho a seguir:

- ✓ [Mais links > Gestão Estratégica > Gestão de Processos de Trabalho > Portal de Macroprocessos > Processos mapeados e publicados > Auditoria e Aperfeiçoamento.](#)





## 4 Promover o Uso da Tecnologia nos Processos de Trabalho da Auditoria Interna

A Secretaria de Auditoria Interna tem empenhado esforços para utilizar a tecnologia da informação em seus processos de trabalho, com o objetivo de melhorar o modo como as atividades são realizadas, aumentar a produtividade da AUD, bem como contribuir para a qualidade de vida de seus servidores. Dentro desse objetivo, realizaram-se as seguintes ações:

### AUDITORIA CONTÍNUA

Utilização de ferramentas tecnológicas, como o Microsoft Power BI e a linguagem de programação Python, na construção de trilhas de auditoria, no âmbito da auditoria contínua.

**Em 2021, foram elaboradas as seguintes trilhas:**

- |                                        |                                             |
|----------------------------------------|---------------------------------------------|
| a. Gratificação natalina.              | c. Gratificação judiciária.                 |
| b. Pagamento de indenização de férias. | d. Gratificação por atividade de segurança. |

### SISTEMA INFORMATIZADO PARA GERENCIAMENTO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Ao longo de 2021 foram feitas tentativas de uso do sistema de auditoria interna do CNJ (Auditar), no entanto, questionou-se se a solução é adequada à AUD. Com isso serão envidados esforços para identificar solução mais adequada em 2022.

O acompanhamento dessa ação é realizado por meio do indicador de **base de dados submetida a auditoria contínua**, que mede a proporção dos esforços da AUD alocados em atividades de auditoria contínua.

## 5 Fortalecer a Comunicação com as Partes Interessadas

A auditoria interna busca a comunicação assertiva com as partes interessadas, de forma a promover a eficácia e a efetividade na implementação dos resultados de sua atuação, o nivelamento do conhecimento e o alinhamento de expectativas em relação aos trabalhos de auditoria.

A seguir, são relacionadas as principais iniciativas para o aprimoramento desse importante aspecto, classificadas por comunicação em auditorias e extra auditorias, as quais foram agrupadas por interlocutores: colaboradores da Secretaria, unidades do Tribunal e entidades públicas e privadas.

## A

# Comunicação em Auditorias

## REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DE ABERTURA DE AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

O propósito da reunião de abertura é informar à área auditada os objetivos da ação de fiscalização, o seu processo e os resultados esperados, bem como apresentar a equipe e preparar o ambiente auditado. Em todas as auditorias realizadas em 2021, ocorreram reuniões de abertura, envolvendo as seguintes unidades: Secretaria de Administração; Secretaria de Gestão de Pessoas; Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação; Centro de Formação e Gestão Judiciária; Secretaria de Segurança; Secretaria de Comunicação Social; Comissão de Acessibilidade e Inclusão.

## REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DE ENCERRAMENTO DE AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

A reunião de encerramento busca apresentar os resultados alcançados pela equipe de auditoria, explicar as constatações e evidências de suporte e obter informações complementares da área auditada relacionadas ao resultado da auditoria. Para todas as auditorias realizadas em 2021, ocorreram reuniões de encerramento, envolvendo as mesmas unidades da reunião de abertura.

## DIVULGAÇÃO DOS SUMÁRIOS EXECUTIVOS DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Os Sumários Executivos comunicam de forma resumida o resultado das auditorias realizadas pela AUD. Nele estão contidas a motivação do trabalho, quais as constatações da AUD, bem como suas recomendações. Segue a relação dos sumários executivos que foram elaborados e disponibilizados na BDJur, assim como publicados em internet e na intranet:

- a. [SE RA 1/2021](#) - Auditoria integrada sobre os procedimentos adotados pela administração na execução das atividades relativas ao programa APRIMORE.
- b. [SE RA 2/2021](#) - Auditoria operacional sobre gestão da frota do STJ.
- c. [SE RA 3/2021](#) - Auditoria de conformidade baseada em riscos do processo de contratação do STJ.
- d. [SE RA 1/2022](#) - Auditoria de conformidade aplicada à avaliação preventiva dos procedimentos licitatórios - Exercício de 2020.
- e. [SE RA 2/2022](#) - Auditoria de acessibilidade digital.

## B

# Comunicação Extra Auditorias

## Colaboradores da Secretaria

### INFORMATIVO AUD INFORMA

Criado para dar maior agilidade na comunicação com os servidores, trata de temas de fácil comunicação, tais como: fóruns de auditoria, treinamentos, confraternizações, sustentabilidade, desempenho da AUD etc. Foram encaminhados 20 informativos AUD Informa, em 2021.

### REUNIÕES COM OS GERENTES E REUNIÕES COM OS SERVIDORES DA AUD

A fim de promover o nivelamento de conhecimentos e a disseminação de informações, bem como fortalecer as relações de complementariedade entre as subunidades. Realizaram-se 24 (vinte e quatro) reuniões gerenciais e 2 (duas) reuniões gerais.

## AUD com as Unidades do Tribunal

### DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS SOBRE AS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA NO INFORMATIVO INTERNO CONEXÃO STJ

#### Entre as notícias veiculadas, destacam-se:

- Seguindo o caminho correto, que tratou sobre a atuação da Secretaria de Auditoria Interna.
- Parceria ponta a ponta e Via de mão dupla, que trataram da necessidade de parceria entre a AUD e demais unidades auditadas para o alcance dos objetivos institucionais.
- Controle eficaz e com mais transparência, que tratou a publicação dos planos diretor e operacional no Portal da Transparência do STJ.
- Planejando melhor as contratações, que divulgou a publicação da nova versão do Manual de Orientação Pesquisa de Preços-STJ/2020.

### REUNIÕES COM UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PARA APRESENTAÇÃO OU DEBATE DE TEMAS RELEVANTES DE INTERESSE MÚTUO

- Reunião realizada com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação para tratativas sobre consultoria.
- Reunião realizada com a Secretaria Gestão Estratégica para tratativas sobre consultoria.
- Reunião realizada com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação para tratar sobre Cibersegurança.
- Reunião realizada com Gabinete do Diretor-Geral para tratar de opinião de auditoria sobre contratação de TIC.

## AUD com Entidades Públicas e Privadas

REUNIÃO COM O TRE-ES PARA TRATAR SOBRE AUDITORIA DE TI

REUNIÃO COM CNJ PARA TRATAR SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA AUDITAR

REUNIÃO COM SERPRO E CGU PARA TRATAR SOBRE SISTEMA DE AUDITORIA

O acompanhamento dessa iniciativa estratégica foi realizado por meio do **indicador Efetividade da Comunicação em Auditorias**, que mede o percentual de efetividade da comunicação dos resultados dos trabalhos contínuos de auditoria interna.

## 6 Aprimorar o Processo de Planejamento da AUD

A Secretaria de Auditoria Interna planeja suas atividades em conformidade com a Resolução n. 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, observando também as orientações do Instituto de Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil.

ASSIM, O **PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA** É DIVIDIDO EM DOIS PLANOS DE PERSPECTIVAS TEMPORAIS DIFERENTES:



**PLANO DIRETOR 2018-2021** define os objetivos estratégicos da auditoria interna para o quadriênio 2018 - 2021, os quais estão distribuídos em quatro dimensões: Tecnologia & Inovação, Pessoas e Relações, Processos Internos e Resultados. Esse plano traz ainda um conjunto de indicadores para aferição do desempenho da AUD em cada uma das quatorze iniciativas estratégicas. É nele que se encontra o Plano de Auditoria de Longo Prazo - PALP, exigido pela Resolução CNJ n. 309/2020.



**PLANO OPERACIONAL 2020** contém o conjunto das ações de fiscalização e de gestão da Secretaria, evidenciando as atividades, ações, projetos e fiscalizações programadas para um exercício. Ele contempla o Plano Anual de Auditoria – PAA, exigido pela Resolução CNJ n. 309/2020 e o Plano de ações de gestão da atividade de auditoria interna.

O acompanhamento e o monitoramento dos indicadores e das ações definidas no planejamento da AUD foram realizados trimestralmente, de acordo com a metodologia adotada pelo STJ para as unidades administrativas alinhadas à estratégia do Tribunal.

Ademais, com a finalidade de fortalecer o planejamento das atividades da auditoria interna, em 2021, a AUD realizou as seguintes ações:

### EXECUÇÃO DO PROJETO ESTRATÉGICO IA-CM

O objetivo de se estabelecer a adoção do IA-CM como projeto estratégico é dar visibilidade à ferramenta, a fim de que a Administração tenha conhecimento da importância dessa nova metodologia. Além disso, a implementação do modelo requer o envolvimento de toda a organização o que é mais bem gerido por meio de um projeto estratégico organizacional (Processo STJ n. 39028/2019).

### ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE DESEMPENHO DA AUDITORIA INTERNA

Foram elaborados o Relatório de Atividades em que se demonstraram os principais resultados da AUD na condução da atividade de auditoria interna do Tribunal, referente ao exercício de 2020; e dois Relatórios de Desempenho Setorial – RDS, relativos aos 1º e 2º trimestres de 2021, no qual são observados o desempenho dos indicadores da AUD e as respectivas análises críticas.

### PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES

#### QUADRO 10 Reuniões realizadas

<b>REUNIÃO GERAL</b>	1. Reunião Geral
	2. Apresentação – Banco de Lições Aprendidas
<b>REUNIÃO GERENCIAL</b>	1. RAT 4º trimestre de 2020 – Secretaria de Auditoria Interna.
	2. Prestação de Contas Anual 2020 e Plano Operacional 2021
	3. Política de Capacitação
	4. Reunião de Análise Tática – RAT
	5. Mapeamento de Processos
	6. Gestão de riscos e atendimento das recomendações
	7. Resolução STJ/GP N° 13 – Teletrabalho
	8. Prestação de Contas 2021 – Orientações Gerais
	9. Teletrabalho e retorno ao trabalho presencial da AUD
	10. Plano de Risco de Monitoramento
	11. Banco de Lições Aprendidas
	12. Reunião de Análise Tática – AUD
	13. Definição: Regime Teletrabalho e retorno ao presencial
	14. Metas do Teletrabalho
15. Auditoria das contas 2021 (Reunião na presidência. Apresentação da equipe da AUD e informação do início da auditoria das contas de 2021)	

<b>REUNIÃO GERENCIAL</b>	16. Auditoria nas contas anuais 2021 – Documentos pendentes
	17. Teletrabalho
	18. Validação do Direcionamento Estratégico – Plano Diretor da AUD – parte I
	19. Validação do Direcionamento Estratégico – Plano Diretor da AUD – parte II
	20. Alinhamento 2021-2026
	21. Orientações – Plano Operacional
	22. Prestação de Contas
	23. Serviço Extraordinário – Processo STJ 024281/2021 e Repositório Institucional – Processo STJ 036470/2021
	24. Indicador Estratégico – Atendimento às Recomendações
<b>REUNIÃO DE ANÁLISE TÁTICA</b>	1. Avaliar o desempenho da AUD, nos 2 primeiros trimestres de 2021

O acompanhamento dessa iniciativa estratégica deu-se por meio do indicador Cultura do Planejamento, cujo objetivo é aferir a frequência com que a AUD promove debate sobre o tema planejamento, e sua execução, com as partes interessadas.

## 7 Promover a Qualidade e Efetividade da Auditoria Interna

Para que a auditoria interna auxilie a organização no cumprimento das suas responsabilidades de governança corporativa, essa função deve operar nos mais altos níveis de qualidade, mediante avaliação contínua e implementação de melhoria de sua eficácia.

Nesse contexto, a AUD desenvolveu o Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna - PAQMAI, que tem como objetivo desenvolver uma atividade de auditoria interna com a abrangência e a qualidade de trabalho que inclua a conformidade com o Estatuto de Auditoria Interna, com o Código de Ética do Auditor e com as normas para Prática da Auditoria Interna, bem como a observância da legislação aplicável e da jurisprudência dos Órgãos de Controle Externo.

O acompanhamento dessa iniciativa estratégica deu-se por meio de alguns indicadores, dentre eles o Índice geral de avaliação contínua, cujo objetivo é medir o resultado dos questionários sobre as auditorias realizadas pela AUD que foram submetidas à avaliação do supervisor de auditoria, da equipe de auditoria e das áreas auditadas.

Ressalta-se que o resultado das avaliações é disponibilizado no Relatório de Avaliação da Qualidade – RAQ, gerado semestralmente. O total de pontos obtidos nesses trabalhos serve para compor o Índice Geral de Avaliação Contínua – IGAC e o Índice Geral de Capacidade - IGC, que integrarão os relatórios anual e bienal, referente à avaliação contínua e à avaliação da capacidade da auditoria interna, respetivamente.

No ano de 2021, a AUD avaliou a qualidade em 4 (quatro) trabalhos de auditoria realizados, quais foram:

- 1. Programa Aprimore:** Auditoria Integrada sobre os procedimentos adotados pela Administração na execução das atividades relativas ao Programa Aprimore - Processo STJ n. 8231/2021.
- 2. Gestão da Frota:** Auditoria Operacional sobre gestão da frota do STJ - Processo STJ n. 11546/2021.
- 3. Processo de Contratação do STJ:** Auditoria de Conformidade Baseada em Riscos do processo de contratação do STJ - Processo STJ n. 15488/2021.
- 4. Auditoria de Contas Anuais** – Processo STJ n. 18822/2020.

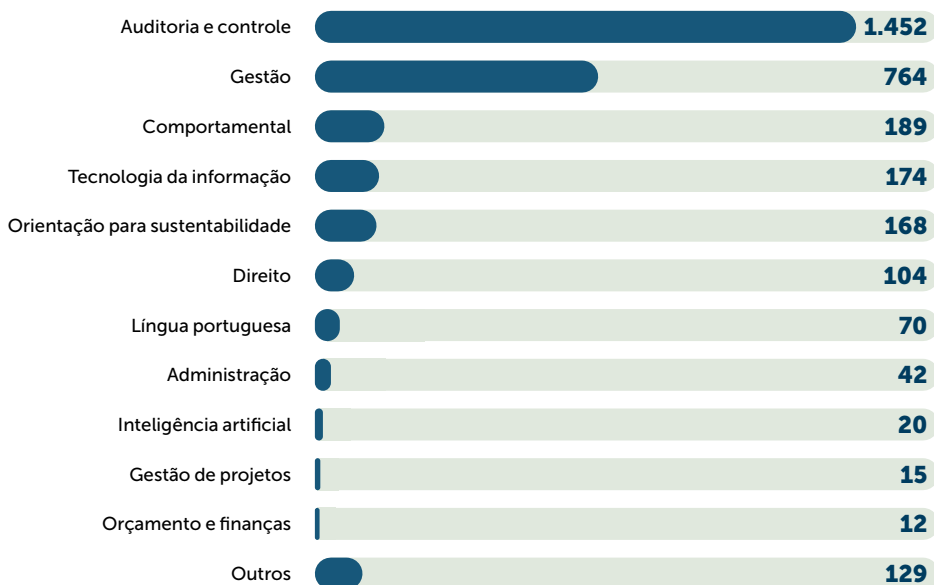
No período, o Índice Geral de Avaliação Contínua obtido foi de 95,81. O resultado demonstra que, para as equipes de auditoria, para o supervisor e para as unidades auditadas, os parâmetros de qualidade encontram-se no Nível 05. Os resultados da avaliação, são interpretados numa escala para a definição do nível de qualidade dos trabalhos da auditoria interna, conforme demonstrado no Quadro 7 - Níveis de maturidade da avaliação da qualidade nos trabalhos de auditoria interna, apresentada anteriormente.

## 8 Dotar os Auditores de Competências Técnicas

O desempenho das atribuições direcionadas aos servidores da AUD requer múltiplas competências que envolvem aspectos técnicos, gerenciais e comportamentais. Nesse sentido, com o apoio do Centro de Formação e Gestão Judiciária – CEFOR, a AUD busca investir na capacitação técnica de seus colaboradores por meio da oferta de cursos voltados ao tema ‘auditoria’, ao tempo em que incentiva a participação dos servidores em cursos que agreguem conhecimento complementar à atividade-fim da Unidade.

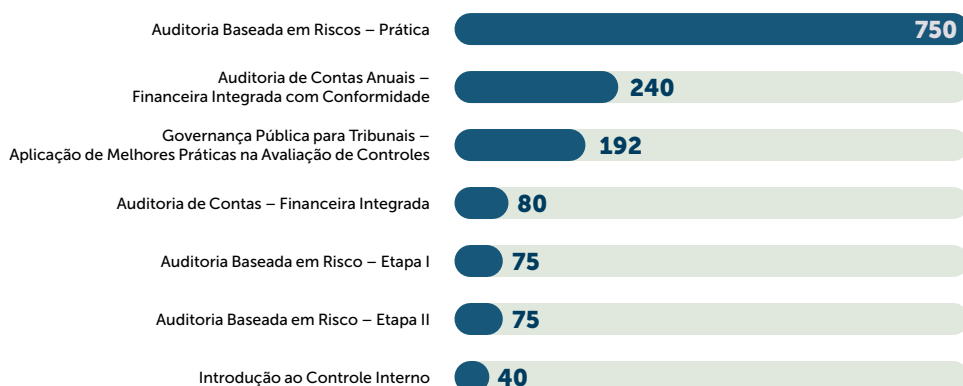
Em 2021, os servidores da AUD realizaram 3.139 horas de capacitação, distribuídas nos segmentos demonstrados no gráfico a seguir:

GRÁFICO 10 Carga-horária por segmento



Dedicaram-se 1.452 horas para o segmento de Auditoria e Controle, o que representou 46,26% do saldo total. Dentro desse tema, foram realizadas 6 ações de capacitação, conforme se observa a seguir:

**GRÁFICO 11** Auditoria e controle: horas por curso



Ainda quanto ao segmento de Auditoria e Controle, ressalta-se a participação de 25 servidores no curso “Auditoria Baseada em Riscos - Prática” e de 12 servidores no curso “Governança Pública para Tribunais - Aplicação de Melhores Práticas na Avaliação de Controles”.

## 9 Desenvolver Políticas de Valorização do Servidor da AUD

Valorizar o servidor da AUD tem relação com o reconhecimento do empenho dedicado aos objetivos da Unidade e, por consequência, do STJ. Nesse sentido, compreende-se a valorização da equipe como um elemento motriz nas relações de trabalho construtivas e na busca por soluções e resultados.

No ano de 2021 ocorreram significativos avanços relacionados à valorização dos servidores da unidade:

### SUBMISSÃO À APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

O normativo estabelece as diretrizes e instrumentos para viabilizar o desenvolvimento dos servidores.

### ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA AUD

Conjunto de práticas, interdependentes e complementares, que vão além do retorno financeiro e contempla as necessidades humanas no trabalho, como pertencimento, desenvolvimento, reconhecimento e realização.

Comenta-se, entretanto que a implantação de pesquisa de satisfação para medir o grau de valorização do servidor da AUD estava prevista para o ano e não pôde ser realizada, sendo transferida para 2022.



## 10 Intensificar Parcerias Estratégicas

Com a finalidade de fortalecer a integração com outros órgãos de controle, a Secretaria de Auditoria Interna visitou outros órgãos da administração pública para conhecer boas práticas utilizadas em temas relevantes para esta Secretaria, bem como compartilhou seu conhecimento, por meio de palestras e reuniões. Nesse contexto, destacam-se as seguintes ações:

- ✓ **Siaud-JUD:** tem por finalidade uniformizar procedimentos e entendimentos relacionados à auditoria interna no âmbito do Poder Judiciário e compõe-se de membros oriundos do CNJ, STJ, CJF, TSE, TST, CSJT, STM e outros órgãos da JF.

Participação em reunião do Comitê SIAUD-JUD em 25 de março para constituir comissão que elaborará o manual de auditoria do CNJ. O Coordenador Diocesio integra o referido colegiado de redação do novo manual.

- ✓ **Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da União – Dicon:** composto por representantes oriundos de 76 órgãos dos 3 Poderes da União. Promove a integração entre os órgãos de controle interno e articula-se com o Tribunal de Contas da União e outros órgãos integrantes do controle externo federal na busca do fortalecimento institucional e de parcerias que possam ajudar na estruturação dos órgãos de controle interno.

Reunião em 15 de março para tratar de auditoria de contas e resultado de pesquisa realizada pelo DICON.

- ✓ **Reunião com CNJ,** para tratar da experiência de uso do Sistema Auditar.
- ✓ **Reunião com o Serpro e CGU,** para tratar de sistema informatizado de auditoria.
- ✓ **Reunião com TRE-ES,** para tratar de auditoria de tecnologia da informação.

O acompanhamento dessa iniciativa estratégica é realizado por meio do **indicador Parcerias Firmadas**, que mede a quantidade de iniciativas de cooperação técnica e compartilhamento de melhores práticas de gestão, realizadas com outros órgãos de controle e instituições relacionadas ao campo de atuação da Auditoria.

## 11 Fomentar a Cultura de Gestão de Riscos no Tribunal

O desenvolvimento desse objetivo toca aspectos intangíveis que permeiam a cultura do pensar, do examinar, do reportar e do agir no contexto do trabalho. Com base nisso, incumbe à AUD contribuir e lançar luz aos aspectos de gerenciamento de riscos que estão em todos os contextos de trabalho dentro do STJ, ainda que de maneira tácita.

Dessa forma, a AUD busca estimular um olhar atual acerca da gestão de riscos no Tribunal, baseado em boas práticas incentivadas por instituições de Auditoria e Controle. Nesse intento, compreende-se que as iniciativas relacionadas à gestão de riscos dentro da AUD têm o potencial de refletir na adesão das demais unidades do Tribunal. Portanto, seja ao gerir os riscos nos processos de trabalho da Secretaria, seja no desempenho das atividades de auditoria interna baseadas em risco, a AUD percebe o seu papel no fomento a uma cultura organizacional contemporânea quanto ao tema. Nesse sentido, no ano de 2021 a AUD desenvolveu as seguintes auditorias baseadas em risco:

- ✓ Auditoria de Gestão de Frota.
- ✓ Auditoria de Termo de Referência.
- ✓ 1ª Ação Coordenada do CNJ – Avaliação da Política de Acessibilidade.
- ✓ Auditoria de Contas Anuais.

Além disso, destaca-se a realização do curso “Auditoria Baseada em Riscos - Prática”, que visou treinar a unidade para que passem a realizar todas as suas auditorias com base em riscos.

## 12 Consolidar a Estrutura Normativa da Auditoria Interna

O objetivo em questão se relaciona à elaboração e divulgação do arcabouço normativo, necessário à realização das atividades da Secretaria, alinhado às diretivas estabelecidas pelo TCU, CNJ, IIA e boas práticas de auditoria.

No exercício de 2021, foram elaborados e aprovados:

- ✓ **Estatuto da Auditoria Interna:** o documento elucida os parâmetros que regem a atuação da AUD no STJ. Aprovado pela Resolução STJ GP n. 7, de 17 de março de 2021.
- ✓ **Código de Conduta Ética do Auditor Interno do STJ:** o documento comunica os princípios e condutas que devem ser observados pelo auditor interno na realização do seu trabalho e no relacionamento com colegas, administradores, autoridades internas e externas. Aprovado pela Resolução STJ GP n. 7, de 17 de março de 2021. ■

# Atendimento às Recomendações

**A** AUD atua de forma a contribuir para a governança e atingimento dos objetivos do STJ. Por isso, está diretamente envolvida no planejamento estratégico, sendo a responsável pelo indicador “Atendimento às Recomendações”.

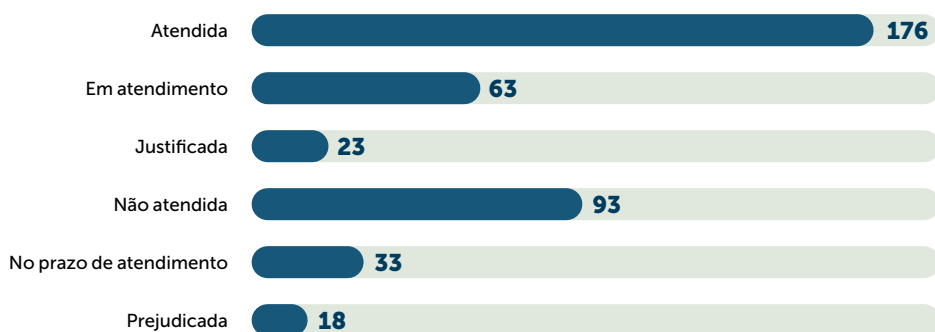
A cada auditoria, nos respectivos relatórios, normalmente são proferidas recomendações que visam ao aprimoramento das unidades auditadas. O indicador em comento visa avaliar se as recomendações proferidas pela AUD estão sendo atendidas pela Administração.

Em relação ao desempenho obtido em 2020, foram acrescentadas 40 novas recomendações ao acervo de 2021. Além disso, ao longo do ano foram atendidas mais 73 recomendações. No mesmo período, mais 32 recomendações passaram a ter o *status* de “no prazo para atendimento”, “em atendimento” ou “justificada”. Cabe pontuar que as duas últimas situações – “em atendimento” ou “justificada” – denotam o envolvimento das unidades auditadas na solução dos itens propostos pela AUD.

Ademais, registrou-se um pequeno aumento do número de recomendações não atendidas, que no final de 2020 era de 91 e, ao final de 2021, passou a ser de 93 recomendações.

O status atual das recomendações em acompanhamento pela AUD para fins do indicador é demonstrado abaixo:

**GRÁFICO 12** Status das recomendações em 2021





# Capacitação dos Servidores

**A** AUD mantém, segundo as diretrizes do CEFOR (Centro de Formação e Gestão Judiciária), o processo permanente e estruturado de aprendizagem e capacitação que utiliza ações de formação e de aperfeiçoamento com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências individuais e institucionais dos auditores e servidores da Secretaria.

No ano de 2021, foram realizadas as seguintes ações de capacitação, que contemplaram as áreas temáticas das quatro subunidades bem como os assuntos de interesse dos servidores do gabinete da AUD:

**QUADRO 11** Capacitação por tipo, temática e curso

TIPO	TEMÁTICA	CURSO	
<b>Técnico</b>	Administração Geral	Ferramentas Digitais no STJ – Office 365 – TEAMS	
	Administração Pública	III Seminário de Governança e Gestão de Contratações no Poder Judiciário	
	Atendimento ao cliente	Auditoria e controle	Excelência no atendimento
			Auditoria Baseada em Risco – Etapa I
			Auditoria Baseada em Risco – Etapa II
			Auditoria Baseada em Riscos – Prática
			Auditoria de Contas Anuais – Financeira Integrada
			Auditoria de Contas Anuais – Financeira Integrada com Conformidade
	Direito administrativo	Educação Financeira	Governança Pública para Tribunais – Aplicação de Melhores Práticas na Avaliação de Controles
			INTRODUÇÃO AO CONTROLE INTERNO
			Processo Administrativo Disciplinar na Jurisprudência do STJ
	Gestão da Informação	Gestão da Informação	Questões Práticas de Elaboração de Termo de Referência
Finanças para Profissionais não Financeiros			
		Certified Information Security Manager – CISM	
		DevSecOps Advanced	

TIPO	TEMÁTICA	CURSO
Técnico	Gestão de projetos	Ágil no contexto do serviço público
	Inteligência Artificial	Inteligência Artificial no Contexto do Serviço Público
	Língua portuguesa	Lições de Crase – 2021
		O Emprego da Vírgula em 4 Lições – 2021
	Orçamento e finanças	Tópicos de Sintaxe da Língua Portuguesa – 2021
		Pesquisa de Preços nas Contratações do STJ
	Orientação para Legalidade	Curso Básico em Proteção de Dados Pessoais
	Orientação para Sustentabilidade	Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – 2021
	Orientação para Transparência	Ouvidorias judiciais – fundamentos e funcionamento na prática – 2021
	Outros ramos do direito	Dialogando Sobre a Lei Maria da penha
		II Seminário Internacional – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
	Processos Educacionais	LUZ, CÂMERA, Educação – Do Presencial para o digital
	Tecnologia da Informação	Administração de Serviços na Nuvem de Governo
		Desvendando a Blockchain
eSocial para Órgãos Públicos – RPPS		
Java Servlet: Autenticação, autorização e o padrão MVC		
Maven: Build do zero a web		
Treinamento eSocial para Administração Pública: Implementação Imediata do eSocial		
Gerencial	Competências Gerenciais	Eu, competente! Por que você ainda precisa se aprimorar? – 2021
		III Fórum Aprimore STJ: Mudanças e Reflexões
		Passaporte Gerencial – 2021
		Seminário VIVA: Valores Institucionais
	Comunicação	Comunicação Não-Violenta – princípios e práticas para se relacionar com empatia e assertividade
		Fábrica de Líderes – Comunicação Digital
	Conhecimento e Compreensão da Equipe	Prevenção em Saúde Mental para Gestores
	Desenvolvimento da Equipe	Equipe Officeless – 2021
	Feedback	Fábrica de Líderes – O Desafio do Feedback nas Comunicações

TIPO	TEMÁTICA	CURSO
Gerencial	Gestão da mudança	Fábrica de Líderes: Liderando a sua equipe pela mudança
	Gestão de conflitos	Fábrica de Líderes: Comunicação Não-Violenta na Prática da Liderança
		Gestão de Conflitos – Entendendo o seu papel na administração das emoções
	Gestão de desempenho	Palestra on-line: As Conexões no Novo Contexto de Trabalho
	Liderança e Gestão de Equipes	Fábrica de Líderes: Encontro de Gestores de teletrabalhadores
		Liderando Equipes à Distância
		Mapeamento de Atribuições por Produtos – 2021
		Teletrabalhando: Como definir e medir a produtividade
	Motivação	Fábrica de Líderes: Como Motivar Minha Equipe
	Organização, Coordenação e Monitoramento do Trabalho	Gestão de Processos de Trabalho
		Palestra “Teletrabalho, pandemia e parentalidade: Tá difícil aí?” – 2021
		Roda de Conversa sobre o Teletrabalho no STJ
	Orientação para Resultados	Fábrica de Líderes – Orientação para Resultados
	Orientação para Transparência	Encontro com Notáveis: Governança Pública para Tribunais
	Planejamento	Planejamento de Tecnologia da Informação e o Modelo de Contratações de Soluções de TI
		Produtividade Saudável: Planejamento e Atenção Plena – 2021
		TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO STJ: O QUE É E COMO APLICAR
VIII Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário		
Relacionamento interpessoal	“Encontro com Gestores: Equilibrando os Papéis nos Dias Atuais” – 2021	
	Empatia e cultura de paz: Diálogos e Reflexões	
	Empatia e valorização da diversidade	
	Fábrica de líderes: Inteligência Emocional	
Tomada de Decisão	Decisão de Risco: ameaça ou oportunidade? – 2021	
Visão Estratégica	Evento de Lançamento do Plano Estratégico STJ 2021 – 2026	
	Gestão.com – Construção e Gerenciamento de Indicadores	
Visão sistêmica	Fábrica de Líderes: Visão sistêmica: enxergue além	

TIPO	TEMÁTICA	CURSO
Comportamental	Comportamento Organizacional	Gentileza e Leveza Fazem a Diferença
		Maternidade e Trabalho: Como Conciliar?
		Oficinas Práticas Para Servidores – Saúde mental na pandemia – 2021
		Oficinas Práticas para Servidores – Produtividade com leveza – 2021
	Orientação para a Diversidade e Inclusão Social	Palestra: “Mulheres que inspiram” – 2021
		“Palestra: Violência contra a mulher – 2021”
	Orientação para a Ética e Integridade	Palestra – É da Casa: Construindo Equipes Inclusivas
		Ética e Administração Pública
	Orientação para a Qualidade	Líder nas Bilheterias: Orientação para Ética e Integridade
		ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Qualidade de Vida e Bem-Estar	Projeto Vivendo com Leveza – Módulo Ciência da Felicidade	
	Círculo de Acolhimento Parental – Parentalidade Consciente e Disciplina Positiva	
	Círculo de Acolhimento Parental – Parentalidade Proativa e Neurociência do Desenvolvimento	
	Minha Coluna	
	Oficinas Práticas: Rotina Leve e Organizada em Tempos de Pandemia	
	Palestra: A Mulher e a Psicologia	
	Projeto Vivendo com Leveza – Módulo: Família e Vínculos Socioafetivos	
	Projeto Vivendo Com Leveza: Módulo Novos Projetos – Faça Você Mesmo	
Quando nasce um pai – Orientações básicas sobre Paternidade Responsável – 2021		



# Declaração de Manutenção da Independência



garantia de um trabalho imparcial e com resultados confiáveis para todas as unidades auditadas, é uma condição essencial para a execução das ações da auditoria interna. Conforme o Estatuto da Auditoria Interna do STJ:

*“A atividade de auditoria interna, observada a relação de supervisão com o Conselho de Administração, permanecerá livre de interferência de qualquer decisão monocrática de autoridade, instância ou área da organização, especialmente sobre questões de seleção de objeto para auditoria, escopo, procedimento, frequência, oportunidade ou conteúdo de reporte de auditoria, de forma a manter a atitude mental necessária de independência e objetividade.”*

Adicionalmente, o art. 5º, II, da Resolução CNJ n. 308/2020 determina que o relatório anual de atividades conterá:

*II. a declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria, avaliando se houve alguma restrição ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação.*

Assim, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 308/2020 do Conselho Nacional de Justiça c/c item 9.4, inciso II, do Estatuto da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução STJ/GP nº 7/2021, DECLARAMOS que esta unidade de auditoria interna atuou com independência, livre de qualquer interferência ou influência na seleção dos temas a serem auditados, na determinação do escopo dos trabalhos de auditoria, na execução dos procedimentos, bem como no julgamento profissional e no reporte de seus resultados, o que possibilitou a manutenção de avaliações e posicionamentos independentes e objetivos, conforme preceitua o art. 19 da Resolução 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Adicionalmente, DECLARAMOS que, durante a atividade de auditoria, não houve qualquer restrição ao acesso completo, livre e irrestrito a todo e qualquer documento, registro ou informação, conforme asseguram os art. 18 e seguintes da Resolução CNJ 309/2020. ■



# Principais Riscos e Fragilidades de Controle no Tribunal

**A** Política de Gestão de Riscos do STJ foi regulamentada por meio da IN STJ/GP nº 4/2020 com o objetivo de estabelecer os princípios, os objetivos, a estrutura, o processo, as diretrizes e as responsabilidades inerentes ao gerenciamento de riscos. Além disso, o Escritório de Riscos Corporativos do STJ tem se disponibilizado para disseminar a metodologia de riscos no Tribunal e para orientar as unidades a fazerem a identificação e a gestão dos próprios riscos, destacando-se o trabalho feito para identificação dos riscos relacionados ao Plano Anual de Contratações e Aquisições do STJ (PCAq).

A AUD também colabora com esse processo, tendo em vista que seus trabalhos contribuem para o aperfeiçoamento da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles do Tribunal. Assim, ao tecer recomendações em suas auditorias, por exemplo, possibilita que as inconformidades encontradas não afetem os resultados do Tribunal. Ademais, é possível que a Secretaria realize trabalhos específicos para a identificação de riscos ou deficiências de controles no STJ. Ainda, a AUD levanta bianualmente a situação de riscos e controles nas unidades auditadas para a priorização dos objetos a serem auditados no exercício seguinte. A unidade também utiliza a metodologia de auditoria baseada em riscos, cujo planejamento é pautado pelos principais riscos do objeto.

No ano de 2021, não foram realizados pela AUD trabalhos específicos voltados ao diagnóstico institucional dos principais riscos e fragilidades dos controles internos do órgão. No entanto, nas auditorias realizadas pela unidade, considera-se que questões relacionadas aos riscos e fragilidades de controle do Tribunal tenham sido abordadas, mesmo que de forma isolada. É o caso da Auditoria Preventiva do Benefício Especial, em que se identificou a falta de indicação adequada da metodologia e memória de cálculo para se apurar o quantitativo do benefício no projeto básico/ termo de referência, o que enfraquece os controles do processo relacionado. Já, na Auditoria de Conformidade Baseada em Riscos do Processo de Contratação do STJ, identificou-se a necessidade de implantar o controle de dar continuidade ao processo de capacitação para implementar o plano de riscos nas contratações. Na Auditoria Contínua sobre procedimentos relacionados à folha de pagamento, identificou-se que o risco de incorreções nos registros manuais do pagamento seria reduzido com a implementação de automatização da rotina, por meio de novo sistema integrado de gerenciamento de gestão de pessoas.

Adicionalmente, a Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão (CAUG) realizou o “Levantamento de Informações sobre o Componente Atividades de Controle do Sistema de Controle Interno do Superior Tribunal de Justiça” com a finalidade de obter e analisar informações sobre a situação da governança pública, governança e gestão de TI, de contratações e de gestão de pessoas no que se refere às atividades de controle adotadas no STJ. Embora não tenha sido o objetivo do trabalho identificar os principais riscos e fragilidades de controles internos do STJ, ele forneceu importantes informações sobre a situação das atividades de controle adotadas pelo órgão.

Para o trabalho mencionado acima, foram estabelecidos 44 macroitens de controle que nortearam seu desenvolvimento. Ainda, a equipe buscou identificar o alinhamento das práticas adotadas pelo STJ com a literatura levantada. Isso foi possível por meio de análise de normativos e documentos, bem como de realização de pesquisas no site e na intranet do STJ para a identificação de práticas específicas relacionadas ao assunto em estudo. Em seguida, foi aplicada enquete com o objetivo de conhecer as percepções dos servidores em relação aos diferentes aspectos das atividades de controle, a saber:

- ✔ Políticas, Normas e Procedimentos.
- ✔ Controles Internos.
- ✔ Estratégia.
- ✔ Gestão e Desempenho Organizacional.
- ✔ Registro e Publicidade das Informações.
- ✔ Gestão de Pessoas.
- ✔ Segregação de Funções.

A partir da comparação das respostas obtidas pelas unidades auditadas e servidores do STJ com o padrão adotado, os resultados obtidos foram enquadrados em quatro possíveis níveis de maturidade:

**QUADRO 12** Nível de maturidade das atividades de controle

NÍVEL	CARACTERÍSTICAS
<b>(0) Inexistente à inicial</b>	<p>A entidade é classificada no nível de maturidade (0) Inexistente à inicial quando a média dos percentuais das variáveis no nível for: 0% a 20%</p> <p><b>Considera-se:</b> ausência de documentação e/ou indícios da prática das atividades de controle; ausência de políticas e procedimentos para definir responsabilidades e orientar a implantação dos controles do órgão.</p>
<b>(1) Em desenvolvimento</b>	<p>A entidade é classificada no nível de maturidade (1) Em desenvolvimento quando a média dos percentuais das variáveis no nível for: 20,1% a 50%</p> <p><b>Considera-se:</b> a prática de atividades de controle em nível de transações, para os processos relevantes; o órgão elabora políticas e procedimentos para definir as responsabilidades e orientar a implantação dos controles dos processos relevantes para a realização dos objetivos entidade.</p>

NÍVEL	CARACTERÍSTICAS
<b>(2) Em Formação</b>	<p>A entidade é classificada no nível de maturidade (2) Em Formação quando a média dos percentuais das variáveis no nível for: 50,1% a 75%</p> <p><b>Considera-se:</b> as políticas e procedimentos do órgão especificam os controles, as ações corretivas caso sejam identificados problemas e/ou o nível de competência e autoridade necessária para a execução adequada.</p>
<b>(3) Estabelecido</b>	<p>A entidade é classificada no nível de maturidade (3) Estabelecido quando a média dos percentuais das variáveis no nível for: 75,1% a 100%</p> <p><b>Considera-se:</b> a política do órgão determina a revisão periódica das políticas e procedimentos de controles da entidade, ou sempre que forem identificadas mudanças nas atividades, sistemas e processos relevantes para a realização dos objetivos da entidade.</p> <p><b>Observação:</b> A apuração do nível “Estabelecido” não define que o item avaliado esteja 100% em conformidade ou, ainda, que seja plenamente suficiente e adequado às necessidades institucionais, mas que há fortes indícios e/ou ações administrativas que contribuem para o atendimento do item avaliado.</p>
<b>Não Avaliado</b>	Não avaliado em trabalhos de auditoria

Apresentam-se a seguir os principais resultados obtidos, por área em que se aplica o controle:

QUADRO 13 Resultados por tópico temático, aspecto avaliado e questão avaliada

TÓPICO TEMÁTICO	ASPECTO AVALIADO	QUESTÃO AVALIADA	NÍVEL DE MATURIDADE
<b>Controles dos Ativos - proteção e salvaguarda</b>	Controles dos Ativos	O STJ aplica um controle físico para proteger e salvaguardar ativos vulneráveis?	Estabelecido
	Objetivos estratégicos	No STJ, há políticas, procedimentos, técnicas e mecanismos apropriados no que se refere a cada uma das atividades do órgão?	Em desenvolvimento
<b>Estratégia</b>	Medidas e indicadores de desempenho	O STJ estabeleceu e monitora medidas e indicadores de desempenho?	Em formação
	Riscos organizacionais	No STJ, há políticas, procedimentos, técnicas e mecanismos apropriados no que se refere a cada uma das atividades do órgão?	Em desenvolvimento

TÓPICO TEMÁTICO	ASPECTO AVALIADO	QUESTÃO AVALIADA	NÍVEL DE MATURIDADE
<b>Estratégia</b>	Controles internos	No STJ, os controles internos administrativos identificados como necessários foram implementados e estão sendo aplicados?	Em desenvolvimento
	Mapeamento de processos	No STJ, os controles internos administrativos identificados como necessários foram implementados e estão sendo aplicados?	Em desenvolvimento
	Comunicação da estratégia organizacional	O STJ gerencia efetivamente a força de trabalho da organização?	Em desenvolvimento
	Visão sistêmica organizacional	O STJ gerencia efetivamente a força de trabalho da organização?	Em desenvolvimento
<b>Controles de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC</b>	Riscos de TIC	O STJ realiza periodicamente uma avaliação ampla e de alto nível dos riscos aos quais seus sistemas de informação podem estar expostos?	Não avaliado
		A Administração desenvolveu e documentou um plano de contingência abrangente de TIC?	Inexistente a inicial
		O STJ testa periodicamente os planos de contingência e os ajusta conforme as necessidades de TIC?	Inexistente a inicial
	Segurança de dados	O STJ desenvolveu uma política que descreve claramente as diretrizes de segurança de dados, os procedimentos que a apoiam e a atribuição de responsabilidades?	Inexistente a inicial
		A Administração estabeleceu uma estrutura que viabilize a implementação e administração da política de segurança de dados?	Em desenvolvimento
		O STJ implementou políticas eficazes de pessoal relacionadas à segurança de dados?	Em desenvolvimento
		O STJ monitora a eficácia da política de segurança de dados e efetua mudanças sempre que necessário?	Inexistente a inicial
	Classificação de Recursos de TIC	O STJ classifica seus recursos de informação de acordo com seu grau de importância e sensibilidade?	Não avaliado

TÓPICO TEMÁTICO	ASPECTO AVALIADO	QUESTÃO AVALIADA	NÍVEL DE MATURIDADE
<b>Controles de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC</b>	Controle de acessos aos sistemas de informação	Os gestores identificam usuários autorizados e seu acesso às informações é formalmente autorizado?	Em desenvolvimento
		O STJ estabelece controles físicos e virtuais para prevenir ou detectar acessos não autorizados?	
		O STJ monitora o acesso aos sistemas de informação, investiga aparentes violações e toma medidas corretivas e disciplinares adequadas?	
		O STJ restringe o acesso aos aplicativos com base nas responsabilidades de cada função?	
		O acesso aos aplicativos e seu uso são controlados e monitorados? Foram estabelecidos controles de acesso para reforçar a segregação de responsabilidades?	
		Autorizações de acesso são documentadas?	Não avaliado
		O STJ estabeleceu procedimentos para garantir o controle de suas bibliotecas de aplicativos, usando rotulagem, restrições de acesso, inventários e bibliotecas separadas?	Inexistente a inicial
	Aplicativos	Todos os aplicativos novos ou revisados são cuidadosamente testados e aprovados?	Em desenvolvimento
O STJ controla mudanças efetuadas nos aplicativos?			
Procedimentos garantem o uso da última versão de programas de produção e arquivos de dados durante o processamento?			
		Os programas incluem rotinas para verificar o uso da versão apropriada do arquivo de computador durante o processamento?	
		Os programas incluem rotinas para conferir as etiquetas dos cabeçalhos dos arquivos internos antes do processamento?	Não avaliado
		Os aplicativos oferecem proteção contra atualizações concomitantes de arquivos?	

TÓPICO TEMÁTICO	ASPECTO AVALIADO	QUESTÃO AVALIADA	NÍVEL DE MATURIDADE
<b>Controles de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC</b>	Operações informatizadas	<p>O grau de importância e a sensibilidade de operações informatizadas foram avaliados e classificados por ordem de prioridade e foram identificados recursos de apoio?</p> <p>O STJ tomou medidas para impedir e minimizar possíveis danos e interrupções por meio de procedimentos adequados de backup de dados e programas, entre os quais o armazenamento de dados fora de suas instalações (off-site), bem como controles ambientais, capacitação de pessoal e manutenção e gestão de hardware?</p>	Em desenvolvimento
	Planejamento da força de trabalho	O STJ gerencia efetivamente a força de trabalho da organização?	Em desenvolvimento
<b>Gestão de Pessoas</b>	Autoridade, responsabilidade e competências organizacionais	O STJ gerencia efetivamente a força de trabalho da organização?	Em desenvolvimento
	Recrutamento, seleção e retenção de servidores	O STJ gerencia efetivamente a força de trabalho da organização?	Em desenvolvimento
	Avaliação de desempenho - pessoas	O STJ gerencia efetivamente a força de trabalho da organização?	Em desenvolvimento
	Gestão da Capacitação	O STJ gerencia efetivamente a força de trabalho da organização?	Em desenvolvimento
	Segregação de funções	Deveres e responsabilidades essenciais são divididos ou segregados entre diferentes servidores para reduzir o risco de ocorrerem erros, desperdício ou fraude?	Em formação
	Alçada e responsabilidade dos lançamentos e registros contábeis	Transações e demais eventos relevantes são autorizados e realizados por servidores adequados?	Não avaliado
<b>Controles Contábeis</b>	Gestão dos registros contábeis	Transações e outros eventos relevantes são devidamente classificados e prontamente registrados?	Em desenvolvimento
		O acesso a recursos e registros é limitado e a responsabilidade final é determinada com antecedência?	Não avaliado



TÓPICO TEMÁTICO	ASPECTO AVALIADO	QUESTÃO AVALIADA	NÍVEL DE MATURIDADE
Controles Contábeis	Documentação dos lançamentos, dos registros contábeis e atividades administrativas em geral	Todas as transações e outros eventos importantes são claramente documentados?	Em desenvolvimento
		O STJ dispõe de um controle financeiro eficiente?	Em formação

Analisando-se o quadro apresentado, observa-se que o STJ alcançou o nível de maturidade “Em desenvolvimento” na maioria das questões de controle avaliadas. A situação demonstra que o tribunal tem trabalhado para desenvolver seus controles, embora tenha um longo caminho a percorrer. Destaca-se, quanto aos aspectos relacionados a “Riscos de TIC” e “Segurança de Dados”, que as questões de controle foram avaliadas como “Inexistente a inicial” e “Em desenvolvimento”. Tendo em vista acontecimentos relativamente recentes, como o ataque *hacker* sofrido pelo STJ em 2020 e o fortalecimento do teletrabalho, entende-se que investimentos nesses tipos de controle sejam essenciais.

Ademais, conforme dados analisados, foi observado que 73% das atividades de controle foram avaliadas pela AUD. O gráfico abaixo demonstra a frequência absoluta e percentual das práticas avaliadas por nível de maturidade:

GRÁFICO 13 Nível de maturidade das atividades de controle avaliadas



O gráfico reforça ainda as conclusões já apresentadas de que há bastante espaço para o amadurecimento das atividades de controle no STJ, evidenciadas pela proporção de 63% das práticas classificadas nos níveis de maturidade “Inexistente a inicial”, “Em desenvolvimento” e “Em Formação”, equivalendo a cerca de 86% das práticas avaliadas. ■

# Considerações finais

---



s resultados apresentados neste Relatório demonstram a sustentação das atividades de fiscalização realizadas pela Auditoria Interna do Tribunal, no exercício de 2021. A necessidade de direcionar recursos de forma a fortalecer a governança e agregar valor e benefícios ao STJ tornou-se fundamental para o cumprimento das iniciativas da área que deve estar em estreita harmonia com os objetivos do Tribunal.

As restrições impostas pela pandemia de COVID-19 e pelas novas exigências do TCU em relação à prestação das contas anuais exigiram uma adaptação dos recursos existentes para que fosse possível dar continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos. Apesar dos desafios enfrentados, os resultados obtidos apontam para o constante aprimoramento da Unidade de Auditoria Interna e para o fortalecimento da sua relação com as unidades e instâncias de governança do Tribunal. ■

# Referências

---

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Resolução STJ/GP N. 7 de 17 de março de 2021**. Aprova o Estatuto da Auditoria Interna e o Código de Ética do Auditor Interno do Superior Tribunal de Justiça. Brasília: STJ, 2021. Disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/151828/Res%207\\_2021\\_PRE.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/151828/Res%207_2021_PRE.pdf). Acesso em: 6 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução n. 308, de 11 de março de 2020**. Organiza as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e cria a Comissão Permanente de Auditoria. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado190525202109296154b8f5e4315.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022. ■



**STJ**

| Secretaria de  
Auditoria Interna